

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS**

**PENITENCIÁRIOS**

**14.12.2016**

**AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME****COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS  
PENITENCIÁRIOS****14.12.2016**

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** - Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Registro com satisfação a presença dos seguintes deputados: Coronel Telhada; Luiz Fernando; Gil Lancaster; Coronel Camilo, nosso amigo e sempre comandante; Celso Nascimento.

Queria fazer um aparte ao nosso eleito prefeito Orlando Morando, agradecendo a sua última sessão, com certeza os seus voos serão outros futuramente, como deputado acho que a última legislatura seja muito feliz nessa nova empreitada na prefeitura de São Bernardo, uma das grandes prefeituras e arrecadações do estado de São Paulo.

O senhor é merecedor, parabéns, obrigado pela presença, foi uma honra tê-lo em minha Comissão de Segurança junto a todos. Obrigado. Solicito ao secretário que proceda com a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Que seja considerada lida a Ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** - Estando todos de acordo, fica dispensada a leitura da Ata, considerando-a aprovada. A presente reunião foi convocada com a finalidade de receber o Dr. Julio Cesar Fernandes Neves, ouvidor da Polícia do estado de São Paulo, que prestará alguns esclarecimentos.

Apreciar a pauta anexa. Primeiramente, gostaria de agradecer a presença do Dr. Julio, que veio várias vezes, o senhor foi chamado, algumas vezes teve problemas e nas outras, nós que tivemos Agradeço de antemão, o senhor tem a palavra para começar.

**O SR.** – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem.

**O SR.** – Seria possível fazermos uma inversão da pauta, apreciá-la, para depois ouvir o Dr. Julio, por risco de quórum.

**O SR.** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Se todos estiverem de acordo, acho que é até melhor, até porque temos o Colégio de Líderes. Tudo bem? Vamos inverter a ordem.

**O SR.** – Pela ordem, Sr. Presidente. Queria vistas do item um.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Vamos lá. É regimental o pedido de V. Exa., fica concebida a vista do item um. Mais algum pedido de vistas?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Item nove, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Item, Coronel Telhada, nove.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Só para o entendimento do deputado Luiz Fernando, a perda da finalidade tendo em vista a presença do senhor Ouvidor nessa data. Tudo bem, Luiz?

**O SR.** – Queria inclusive, posto a presença do nosso querido Ouvidor, tirar de ato de pauta esse item, posto que estou contemplado.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Ok.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, deputado Orlando Morando, prefeito.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Quero pedir vistas do item 10.

**O SR.** – Quero pedir vistas em conjunto do item 10.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deputado Luiz Fernando também. Mais alguém quer pedir vistas? Vamos para o item dois, então. Projeto de lei nº 1265, de 2015, do deputado Paulo Correa Jr., dispõe sobre a Dispõe sobre a utilização dos cachorros aposentados da Polícia Militar do Estado de São Paulo para confortar as vítimas e testemunhas nas audiências nos Fóruns Estaduais. O deputado Celso Nascimento foi favorável ao projeto com a emenda apresentada no parecer da CCJR. Em discussão...

**O SR.** – ... Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Está ruim esse negócio aqui. Pela ordem, quem foi que pediu? Orlando Morando.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Apesar da boa intenção, queria pedir ao Coronel Telhada que pudesse sustentar, para que não houvesse o risco de votar em um projeto que pode cair em um deboche e se tornar ridículo. Esses cachorros consolam vítimas, temos conhecimento que... Mas, digo, os cachorros são aposentados da Polícia e aqui diz para eles confortarem as vítimas e testemunhas nas audiências nos Fóruns. Estou preocupado...

**O SR.** – ... Queria fazer um pedido de vistas do item dois...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Vou conversar com o deputado Paulo Correa.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – ... Acho que é uma boa intenção, mas imagina que arrumei cachorro para consolar a vítima.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Quem é o outro que pode pedir vistas?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Eu peço vistas.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O Coronel Telhada pede vistas.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Que o autor me perdoe, mas...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Pessoal, o som está ruim. Será que está muito alto? Abaixa um pouco. Ou é o microfone que está encostando?

**O SR.** – Não, é lá atrás mesmo.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – O deputado Paulo Correa, me perdoe.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor está com a razão, porque nós não lemos, passou batido.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Tomar um cuidado.

**O SR.** – Acho que é o latido que consola, o timbre. Vocês treinam isso?

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Está certo, então já fica com vistas. Vamos para o item três. Projeto de lei nº 1611, de 2015, do deputado Edmir Chedid, que institui a "Carteira de Identificação de Nome Social - CINS" para pessoas travestis e transexuais no Estado. O deputado Orlando Morando foi favorável.

**O SR.** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem.

**O SR.** – Queria pedir vistas desse item também, por favor.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Também?

**O SR.** – Pela ordem, Sr. Presidente, também peço vistas.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Presidente, só para justificar, fui relator, respeitando os pedidos de vistas, mas hoje já é lei que os travestis tenham o direito de usar um nome social.

**O SR.** – Mas não é uma carteira separada.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Então, ele altera a identidade, só que a carteira de motorista dele não é alterada. Nós estamos aprovando um projeto para que ele tenha o direito de mudar o nome em sua carteira de motorista. Apenas isso, ele já usa o nome social na identidade. Sou cuidadoso e olha que faz meses que dei esse parecer, agora nós só estaríamos incorrendo em não permitir que ele (ininteligível) com seu RG.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Só um aparte deputado, mas aqui está dizendo que ele vai criar uma carteira.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Ou mudar, ele pode ter uma carteira...

**O SR.** – ... É a mudança na carteira, mas a lei já deixa ele colocar o nome.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Não é claro para carteira de motorista, porque quem legisla sobre esses casos de CNH, as Assembleia Legislativa podem, ou no caso...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Concordo que o nome social que ele escolha pode ir em todos os documentos e não criar uma carteira separada. Deixa eu dar uma olhada.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Sem problemas, mas quero justificar que como sou relator e estou aqui, acho uma obrigação.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Certo. Vai fazer falta viu Orlando? Projeto de lei nº 132, de 2016, do deputado Gil Lancaster, dispõe sobre a utilização de vagões de metrô e trens para exposição ininterrupta de fotos de pessoas desaparecidas no Estado. O deputado Luiz Fernando foi favorável ao projeto na forma de substitiva, apresentado pela CCJR. Em discussão...

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT** - Pela palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT** – Quero parabenizar o deputado Gil Lancaster, também sou autor de vários projetos que trabalham essa lógica de dar superexposição às fotos de pessoas desaparecidas. Acho que o estado precisa trabalhar isso de uma forma importante...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Trabalhei lá e sei qual é o sofrimento da família. Fiquei lá por dois anos. Principalmente crianças, é algo muito triste. Não é apenas São Paulo, vem de outros estados que somem também.

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT** – Exatamente, queria parabenizar pela autoria e dizer ao senhor que estamos juntos nessa luta.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, deputado Gil.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Gostaria de lembrar que apenas em 2000 e... Esse ano praticamente, 2016, desapareceram do nosso país 250 mil pessoas, sendo que em nosso estado foram 40 mil. A “Folha de S. Paulo” deu uma ênfase de três páginas inteiras, no domingo passado, a essa questão, pedindo que as autoridades tomassem providências de todas as formas.

Mostrou o sofrimento dos pais que têm filhos desaparecidos, mostrou até a de um que está há seis meses na estrada procurando o seu filho, porque não perde a esperança de que ele está vivo. Então essa é a importância, o senhor, como foi delegado deve ter atendido muito essas pessoas, esses pais, mães, irmãos, famílias, que sofrem com pessoas desaparecidas, que não se sabe se estão mortas ou vivas. Essa é a importância desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor está de parabéns e o deputado Luiz Fernando também. Em discussão. Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis ao voto do relator permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**O SR.** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Com o parecer do voto do voto do relator. Pela ordem, Camilo.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Quero parabenizar o nosso deputado Gil Lancaster. Parabéns pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Item cinco. Projeto de lei nº 398, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster, proíbe o uso de gases inflamáveis para preenchimento de balões destinados ao uso recreativo ou decorativo no estado. O deputado Coronel Camilo foi favorável ao projeto com a emenda da CCJR.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, deputado Orlando Morando.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Indagado o Coronel Camilo, que é o relator, o gás hélio é inflamável?

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Acredito que sim.

**O SR.** - Acabar com a graça das crianças. Vou fazer um pedido de vistas. Sr. Presidente, gostaria de pedir vistas desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Senão acabam as brincadeiras das crianças.

**O SR.** – Pela ordem, Sr. Presidente, essa foi uma matéria...

**O SR.** – Fala com a minha filha, ela vai falar: “foi sua culpa pai, bexiga não tem mais agora”.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Deputado Orlando Morando, há uma forma de substituir... Essa foi uma matéria denunciada durante três semanas no fantástico, de uma criança que foi queimada pelo balão com gás hélio. Do nada queimou, incendiou a criança, há um outro caminho para substituir, por isso encaminhei a lei, para proteger as nossas crianças.

**O SR.** – Um aparte.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Deputado Gil, por isso que questionei...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pedido de vistas, para o deputado Luiz Fernando...

**O SR.** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR.** – ... Estou discutindo.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Faz parte, se o senhor não vier aqui, fica muito vazio. Faço questão.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Primeiro, respeito qualquer iniciativa, mas tenho o direito amplo de questioná-las. Segundo, acho que esse projeto para ser votado devia-se saber, não podemos legislar pela exceção. Então precisamos saber, será que foi o gás que queimou? Teve algum outro precedente? Caso contrário, nós precisamos legislar a proibição de celular, porque já explodiram vários nos ouvidos de várias pessoas. Então vamos proibir o seu uso. Quero saber...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** –... Tem um que é proibido em avião.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Estourou um celular, a Galaxy agora proibiu, então proíbe o uso de todos os celulares. O iPhone também já explodiu. Eventualmente, isso é óbvio, o seu filho, antes de dar uma bexiga para ela, quero que tenha segurança, agora quanto vai custar esse outro gás? Quantos fornecedores tem dele? Acho que vale a pena um cuidado maior, porque ter tido um caso em anos.

Estou falando, bexiga é diversão de criança e nós vamos legislar, proibir, dificilmente alguém vai fiscalizar, infelizmente. Só pediria mais atenção, acho que a vista é oportuna, parece uma coisa ingênua, mas pode prejudicar um segmento enorme, que gera emprego, tem muitas pessoas que vendem bexigas, gás. Acho que temos que ter a preocupação de não legislar pela exceção. É só essa a minha avaliação.

**O SR.** – Só um aparte.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O Camilo tem a palavra.

**O SR.** – Só para explicar para todos, de forma que não haja dúvida. Temos várias outras formas de fazer, tem ar quente. Deputado, respeito muito a sua posição, mas fui do Corpo de Bombeiros e se isso salvar a vida de uma criança só, já justificou a iniciativa. Então parabéns e vamos aguardar vistas, quando vier aqui nós voltamos a discutir o assunto.

**O SR.** – Mas a criança não morreu pelo o que eu soube.

**O SR.** – Se machucou, se nós podemos evitar, vamos fazer isso.

**O SR.** – Também acho, mas também temos que tomar cuidado. Essa é a minha preocupação. Nunca vou impedir de proteger, pelo contrário, é minha transparência. Mas acho que falta um estudo e uma avaliação um pouco maior, porque isso pode gerar um problema em uma cadeia que foi pela exceção.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Quero registrar a presença do nosso sempre Dr. Arles, da Comissão de Segurança Pública da OAB. Muito obrigado, todas as reuniões dessa Comissão, ele é o primeiro a chegar e último a sair. Sempre presente. Também aos policiais militares, civis, presentes.

Vamos dar continuidade. Item seis, é uma moção 152, de 2015, do deputado Teonilio Barba, conclusiva, apoio e solidariza-se com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT - CNM-CUT, e a Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT – FEM - CUT, em virtude do atentado sofrido no último dia 25 de novembro, que destruiu a fachada do prédio onde ambas estão situadas, atentado este em consequência da luta pela democracia protagonizada por estas instituições, repudiando qualquer tipo de retaliação covarde, intolerância e ódio que estas organizações vêm sofrendo. O deputado Luiz Fernando é o relator, com voto favorável. Em discussão. Não havendo oradores inscritos está encerrada. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram...

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, deputado Orlando Morando.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – É regimental, então vamos fazer. Como vota o deputado Gil Lancaster?

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Voto a favor.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Como vota o deputado Coronel Camilo?

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – A favor.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Coronel Telhada?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – A favor.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Como vota o nosso nobre deputado Luiz Fernando?

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT** – A favor.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Como vota o deputado Celso Nascimento?

**O SR. CELSO NASCIMENTO – PSC** – A favor.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deputado Orlando Morando?

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Abstenção, justificando que não tenho conhecimento se teve ação da polícia neste ocorrido, não na depredação, mas para impedir, não quero gerar uma preocupação para abolir, então vou me abster do meu voto.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Aprovada a moção. Item sete, da moção nº 63, de 2016, do deputado Gil Lancaster, está em todos hoje. Apela para os Exmos. Srs. Presidente da República e Presidente do Congresso Nacional a fim de que sejam empreendidos todos os esforços para a alteração do § 1º do artigo 14 da Lei nº 9.434, de 1997, que cuida da disposição de tecidos e órgãos do corpo humano, visando aumentar o rigor da pena para remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, em desacordo com as disposições da referida lei. Bom isso. Deputado Coronel Telhada foi favorável. Em discussão a moção...

**O SR.** – Gostaria, se o senhor permitir, que o deputado Gil Lancaster nos explicasse um pouco a respeito dessa...

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** - Existe uma máfia não denunciada claramente, o senhor sabe disso, que quando a família não autoriza a retirada dos órgãos, dos tecidos, eles retiram de qualquer forma, então que haja uma lei...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Principalmente nos hospitais mais humildes

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** - ... Para proibir essa questão, já que não existe ainda uma lei para tentar coibir essa máfia de criminosos que existe no estado de São Paulo, aliás no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – É verdade. Em discussão a moção. Está satisfeito, deputado Fernando? Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação a moção. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a moção.

Vamos para o último, não é? O item oito, moção nº 64, de 2016, da deputada Clélia Gomes, apela ao Sr. Doutor Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, para que tome as providências cabíveis, relativa à punição dos crimes de ódio e intolerância religiosa praticados na madrugada de 10 de setembro de 2016, ao Templo Religiosos Hermínio Marques, em Araraquara/SP. O deputado Gil Lancaster é favorável. Em discussão a moção. Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação a moção. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a moção.

Queria também registrar com satisfação, o deputado Geraldo Cruz, quero cumprimenta-lo em nossa Comissão, parabéns em tê-lo aqui. Se quiser, por gentileza, pode entrar e sentar. Também o deputado Rillo, que se encontra aqui, pode entrar que está em sua Casa. Vamos lá, agora os últimos requerimentos, já foram vistos, não vou precisar ler. Bom, vamos...

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, deputado Orlando Morando.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Presidente, em decorrência das atividades que estou tomando, gostaria antes de deixar ou acompanhar um aparte desta oitiva do nosso ouvidor, mas caso eu tenha que me retirar antes do término da apresentação e da oitiva dele, quero primeiramente agradecer V. Exa. pelas palavras pela qual fez a abertura, dirigindo a este deputado, mas quero agradecer a sua Presidência, o nosso convívio, a amizade acima de tudo e o trabalho que pudemos realizar nestes quase dois anos que pude realizar na Comissão de Segurança.

Não vou negar que a sua vinda a esta Comissão me motivou a estar aqui, nestes meus quase 14 anos na Assembleia Legislativa nunca havia pleiteado ser membro da Comissão de Segurança e confesso que apesar de ter o sentimento de dever cumprido nesse período vou ter muita saudade dessa Comissão.

É uma das Comissões que mais oferece oportunidades de debater ideias, a democracia e o parlamento é o local adequado para isso. Muitas vezes discordamos, mas sempre pensando em um bem comum, caso típico de hoje, o deputado Gil Lancaster está preocupado, e é uma preocupação que eu compartilho.

Mas no debate surge algo que pode uma cadeia ser prejudicada do assunto, isso enriquece o debate, a proposta, aprimora, tantos temas que pudemos trabalhar, discutir, e acima de tudo aprimorar. Quero deixar público que foi uma grande satisfação e missão ser membro dessa Comissão, pela qual o senhor presidiu nesse período. Quero agradecer aos colegas deputados, Gil Lancaster, o Coronel Camilo, que tive a honra de conhecer quando era o comandante geral.

Nunca, viu, Telhada? Teve um Coronel que pediu tanto para Assembleia Legislativa e conseguiu muitos avanços, sempre deixei isso público. É uma satisfação tê-lo hoje como colega e ao Coronel Telhada. Quando ouvia falar sobre o senhor na televisão, misturava um sentimento de fã e medo, porque é um homem austero, puro, correto, e o cidadão indefeso tem orgulho, fala “esse é homem que eu queria tomando conta da rua, do meu bairro e cidade” e ao mesmo tempo um sentimento de um homem duro, perigoso.

Quando conhecemos uma pessoa de um coração maior do que o dele, um grande amigo, de família, que na polícia nada mais fez do que cumprir o seu papel como

policial, protegendo a sociedade e nunca negou, que, infelizmente, como falou um dia no meu programa de televisão, guardei a frase: “na legítima defesa da polícia e da sociedade, muitas vezes o criminoso levou a pior”. Esse foi o papel que ele apenas cumpriu, então é um prazer estar e além de tudo, um companheiro de partido, amigo e um homem leal. Tenho uma marca na política, ter palavra e lealdade, não é entre nós, porque quem tem palavra no meio político, também tem com o cidadão, quem não tem palavra no meio político não cumpre absolutamente nada com o cidadão. O Telhada tem esse marco, é uma satisfação, pena que o senhor está aqui, senão ia tentar leva-lo para ser comandante de São Bernardo do Campo.

Mas, não dá mais, não é? Ele já cumpriu essa etapa. Quero cumprimentar o deputado Luiz Fernando a quem conheci na Assembleia Legislativa e é da minha cidade; por divergências partidárias e antagônicas não éramos amigos, muito menos conhecidos, continuamos em posições divergentes na política, mas em um mesmo alinhamento em termos de relacionamento, a qual continuo duramente crítico há algumas posições, entre elas, algumas que o período eleitoral acaba inflamando muito mais.

Compartilho de uma satisfação ao nosso querido deputado pastor, Celso, acho que ele vai perpetuar no Parlamento sem ter uma única discordância, porque é de um temperamento, sempre foi assim deputado?

É uma satisfação conhecê-lo, a todos vocês quero, do que for possível, que estiver ao meu alcance, colocar a nossa cidade a disposição de todos vocês, resgatando que continuo à procura de emendas para o próximo ano, aqueles que tiverem em sua cota alguma possibilidade, podem encaminhar para São Bernardo, para área da segurança, precisamos trocar viatura, comprar novas.

Estou à disposição, já deixo o registro, o Telhada já teve voto demais lá. Então, antecipo, o senhor também, Delegado Olim, subtraiu e teve um sufrágio forte em nossa cidade, estamos aguardando uma emenda de V. Exa. para a minha cidade de São Bernardo do Campo, porque quem teve voto, é merecedor de receber emenda dos deputados.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O duro é tirar dinheiro do seu governador, do seu partido.

**O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB** – Um detalhe que depende da sua habilidade. Não vou negar para o senhor que não tenho que reclamar, minhas emendas sempre são pagas, esse governador é brilhante, aliás, no momento em que o Brasil está quebrando, estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, decretam calamidade financeira.

A polícia que o senhor representa pode se orgulhar, porque vai receber o salário em dia e o décimo terceiro, todos os nossos funcionários públicos e isso se deve a um governador, não é pão duro, mas com austeridade, responsabilidade, com as finanças do nosso estado. Devemos aplaudir esse momento, porque o Geraldo nunca escondeu que tem uma profunda austeridade com o orçamento e, às vezes, já fui crítico com posturas dele, mas nunca desrespeitei.

Porque graças a sua rigidez, hoje, todos os funcionários públicos do estado de São Paulo sabem que vão ter pagamento e décimo terceiro em dia. Quero agradecer a todos vocês, realmente vai ser minha última reunião na Comissão de Segurança.

Devemos votar o orçamento e entrar em recesso, mas não vou negar a satisfação e o privilégio que tive de ter o convívio com os senhores. Vou para uma outra missão pela qual me orgulho, trabalhei e espero cumprir esse grande desafio com o povo da nossa cidade. Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Quero agradecer outra vez as suas palavras, com certeza o senhor fará falta e dia 01 estarei em sua posse. Quero também com satisfação registrar a presença do deputado Marcos Martins e do nosso líder do PSDB, Carlão Pignatari.

**O SR.** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem.

**O SR.** – Queria propor à Casa, Assembleia Legislativa, pela Comissão de Segurança, a todos os pares, hoje, faleceu aos 95 anos, Paulo Evaristo Arns, arcebispo da capital, cardeal. Inclusive, foi ele, que junto ao governador Mário Covas propôs a criação da ouvidoria da Polícia Militar, foi um compromisso das policiais. Por uma solicitação de Paulo Evaristo Arns foi criada a ouvidoria e desde então passa-se a ter nas policiais uma figura que possa estar criticando, levantando, apontando, ouvindo sobre

tudo e, hoje, Paulo Evaristo Arns nos deixa e quero propor a Comissão uma moção de aplausos a sua vida e que isso fosse registrado nos Anais da Casa essa moção.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Com satisfação recebemos o Dr. Julio Cesar, o senhor tem a palavra e obrigado pela sua presença. O microfone, a água, o senhor fique à vontade.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública, delegado Olim e deputados dessa Comissão, Coronel Telhada; Luiz Fernando Machado; Luiz Fernando; Gil Lancaster; Coronel Camilo; Pastor Celso Nascimento; senhores e senhoras, policiais presentes, cumprimento antecipadamente, já que amanhã é o dia dos policiais, quero lembrar disso, então meus cumprimentos.

Queria antes reiterar o que o Luiz Fernando falou e que em nota hoje Odilo Scherer, o arcebispo da arquidiocese de São Paulo afirmou: “comunico com imenso pesar que no dia 14 de dezembro de 2016, às 11 horas e 45 minutos, o cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo entregou sua vida a Deus, depois de tê-la dedicado generosamente aos irmãos neste mundo. Louvemos e agradeçamos ao altíssimo e onipotente bom senhor, pelos 95 anos de vida de Paulo, seus 76 anos de consagração religiosa, 71 anos de sacerdócio ministerial e 50 de episcopado e 43 de cardinalato. Glorifiquemos a Deus pelos dons concedidos a Paulo e que ele soube partilhar com os irmãos. Louvemos a Deus pelo testemunho da vida franciscana de Paulo e pelo seu engajamento corajoso na defesa da dignidade humana e dos direitos inalienáveis de cada pessoa. Agradecemos a Deus pelo seu exemplo de pastor zeloso do povo de Deus e por sua atenção especial aos pequenos, pobres, aflitos. Dom Paulo, agora se alegre no céu e obtenha o fruto de sua esperança junto de Deus. Dom Odilo convida a todos a levarem preces de gratidão e louvor a Deus e de sufrágio em favor do falecido cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Convida também a participarem do velório e dos ritos fúnebres que serão realizados na Catedral Metropolitana de São Paulo”.

Tenho que reverenciar Dom Paulo até porque participo da Comissão de Justiça e Paz, que foi criada por ele em pleno regime de Ditadura Militar. Dom Paulo ajudou pessoas... Ele socorreu pessoas que estavam sendo torturadas, mortas. Fez com que houvesse no estado de São Paulo e na Nação uma Comissão, da qual tenho a honra de fazer parte, integro a Comissão de Direitos Humanos, a quem cumprimento o nosso

Presidente, Dr. Antonio Funari Filho, aqui presente. Paulo foi o Presidente de honra da Comissão de Direitos Humanos e hoje, ocupada por Dom Odilo Scherer.

Quero expressar que se não fosse Paulo Evaristo Arns, hoje, não existiria não apenas a Comissão de Justiça e Paz, mas o Conselho de Defesa da Pessoa Humana do estado de São Paulo, não existiria essa ouvidoria e eu não estaria falando para os senhores e sendo indagado pelos nobres deputados.

Quero lembrar que a criação da ouvidoria do estado de São Paulo foi um acordo feito por dois senhores desse estado, o cardeal Paulo e o líder da bancada, do governo, que deixou o estado de São Paulo, foi através do governador Mário Covas, que o PSDB perpetua o poder no estado.

Se não fosse ele, o poder não seria do PSDB, então, por isso, venho de antemão falar para os deputados que me convocaram, em primeiro lugar, deixar claro que fiz questão de ver quem foi convocado nessa Assembleia Legislativa, de seis anos para cá, ninguém, apenas o Ouvidor da polícia do estado de São Paulo, todos foram convidados e sou o primeiro a ser convocado.

Isso quero deixar registrado e claro, as três vezes que fui convidado, estive e por razões que não houve a sessão e fui informado, não estive uma única vez quando faleceu um deputado constituinte que muito honrou esse país, que foi o Antonio Perosa.

Quando ele morreu, fui em seu velório, avisei essa Comissão às 10 horas da manhã que não poderia vir porque tratava-se de um amigo e uma pessoa tão digna que não conseguiria estar e ficar tranquilo. Comuniquei o assessor do deputado Olim e no fim fui convocado. Acredito que todos que vieram na Assembleia Legislativa deveriam ser convidados.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Dr. Julio, queria deixar bem ciente ao senhor que a convocação foi feita por essa Presidência. Geralmente, convoco as pessoas que são chamadas. Se o senhor sentiu que foi desprestigiado tenha certeza que não, tanto é que deve ficar à vontade. O senhor já falou e acho que está com a razão, mas a parte da convocação é normal e está no próprio regimento, não há nada demais. Tanto que o senhor conseguiu vir e está cheio de amigos que vieram.

Tem na sua Casa também a Assembleia Legislativa, toda a liberdade para falar o que quiser e tiver vontade, tenha certeza de que as pessoas que estão aqui só irão perguntar informações ligadas a polícia e ao que o senhor faz como Ouvidor, nada a

mais. Temos amizade e respeito pelo senhor e seu cargo. Pode ter certeza que todos os policiais sentem isso.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Muito obrigado, mas queria acrescentar que nesse velório que estive, também estavam presentes dois governadores, o ex-governador Alberto Goldman, e o próprio governador do estado de São Paulo, o Geraldo Alckmin, que fiz questão de cumprimentar na ocasião. Isso há alguns dias. A Ouvidoria de polícia não tem qualquer ligação orgânica com a Polícia Civil e Militar. Sua estrutura é amplamente democrática. Segundo a lei o ouvidor será indicado pela sociedade civil, quem escolhe o nome é o governador a partir de uma lista tríplice elaborada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - COMDEP, órgão no qual a sociedade civil tem 80% dos membros. O mandato é dois anos, com direito a uma única recondução. Estou no terceiro ano, no segundo mandato e fui reconduzido.

Tenho mais um ano de ouvidoria. A ouvidoria do estado de São Paulo foi criada no dia 01 de janeiro de 1995, por meio do decreto nº 39.900 e fui efetivamente instalada em 20 de novembro do mesmo ano. A sua institucionalização ocorreu após regulamentação pela Lei Complementar nº 826, aprovada por esta Assembleia Legislativa da cidade de São Paulo em 20 de junho de 1997.

A criação da ouvidoria, uma conquista da sociedade. Principalmente da sua parte mais desamparada e mais exposta a violência policial, é a primeira experiência no Brasil de uma ouvidoria autônoma independente, com a finalidade de fiscalizar o trabalho da polícia. Ela é admirada e imitada no Brasil inteiro hoje, por em torno de 20 ouvidorias dessa Nação.

Hoje, está tendo em Brasília o fórum nacional de ouvidores, que fiz questão de deixar ir para vir aqui honrar esse compromisso. Eu havia dito lá no Palácio para o deputado. A ouvidoria de polícia é uma espécie de ombudsman da Segurança Pública do estado e trata-se de um órgão dirigido por um representante dessa sociedade civil, com total autonomia e independência. Cujas principais funções Coronel Camilo, é ser o porta-voz da população, dos apinhados irregulares praticados pela Polícia Civil e Militar do estado de São Paulo. Essa é a maior função do ouvidor da polícia do estado de São Paulo.

Não sou falador, estou representando essa sociedade que é carente e não tem voz.

**O SR.** – Já vou perguntar para o senhor daqui a pouco.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Cabe destacar o papel importante que desempenhou Mário Covas, governador na época da criação de ouvidoria de polícia do estado. Dando assim contribuição ímpar ao país no controle da atividade policial, nestes 21 anos, recebemos quase 189 mil entre denúncias, reclamações e contribuições, demandas. A partir dessas manifestações foram instaurados quase 98.300 procedimentos pela ouvidoria. As denúncias implicaram mais de 45 mil policiais identificados sendo que 66% foram da Polícia Militar e 34% dos Polícia Civil. A partir delas ao menos 14 mil policiais foram investigados pelas respectivas corregedorias e ao menos 6.500 policiais receberam algum tipo de punição administrativa. No conjunto de denúncias recebidas os crimes contra a pessoa prevaleceram, em termos de letalidade tivemos mais de 9.600 pessoas mortas pela polícia com reconhecimento do próprio estado considerando os casos acompanhados pela ouvidoria.

Por isso, a sua prioridade é garantir a integridade física do cidadão combatendo os crimes de abuso de autoridade, homicídio e tortura. Quando nós ficamos sabendo que houve uma tortura em qualquer canto desse estado vamos pessoalmente lá. Estive em várias cidades do estado de São Paulo, Mirassolândia, Mirante do Pontal do Paranapanema, sempre em busca de exterminar a tortura. Por outro lado, nos últimos anos, para cada policial morto em serviço, cerca de três morreram fora provavelmente exercendo uma atividade extra corporação, que é o famoso bico, para completar o seu salário.

Diante da letalidade tão alta por parte dos policiais no estado, assim como da vitimização dos policiais, faz se necessário pensar em mudanças de leis que promovam uma polícia democrática com respeito aos direitos humanos. Hoje, temos ainda o ciclo de polícia dividido em duas instituições, possuindo uma delas, estrutura militar que não se alterou com a redemocratização do país.

Foi engano pensar que as garantias legais protegeriam a cidadania, séculos de autoritarismo, elitismo e racismo, produziram marcas em nossa sociedade e em suas instituições. Acreditamos que a nossa maior conquista foi termos uma ouvidoria que exerce o controle sobre a atividade da polícia em nome da sociedade.

**O SR.** – Questão de ordem, Sr. Presidente. Só uma questão, se o senhor me permite, Julio, não é possível fechar, ou encostar a porta?

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – É a passagem para o Colégio de Líderes. Eles estão aqui.

**O SR.** – Mas fechar a porta.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Ela já está fechada. Pode continuar.

**O SR.** – Desculpa Dr. Júlio.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Queremos fazer um registro especial aos órgãos da imprensa por sua participação na afirmação da ouvidoria da polícia do estado de São Paulo. Considerando que sem os meios de comunicação não poderíamos alcançar a credibilidade da sociedade.

Isso mostra que a imprensa livre é fundamental para o exercício da democracia e o controle do bem público. Tendo em vista um horizonte de mudanças e maior eficiência, é necessário que a sociedade pense um modelo de polícia que seja protetora da sociedade, democrática e que respeite os direitos humanos de cada um e de todos.

No contexto da ação da ouvidoria em favor do controle social do aparelho policial estatal, de forma independente ou autônoma, cabe ressaltar que a partir da experiência da ouvidoria da polícia do nosso estado de São Paulo nasceu o fórum nacional de ouvidores de polícia, que, hoje, reúne mais de 19 estados do país buscando ampliar a autonomia e independência das ouvidorias em relação aos respectivos Poderes Executivos Estaduais.

Quero, de antemão, dizer da credibilidade que a ouvidoria tem, principalmente perante os policiais do estado de São Paulo. Estou com 1.180 dias de mandato, em que exerço o cargo de ouvidor. Nós tivemos na ouvidoria 1.187 denúncias de policiais militares no estado de São Paulo, sendo que 1.150 de policiais militares e 36 da polícia civil.

Nós tivemos 720 elogios aos policiais militares e 595 elogios a polícia civil. Isso demonstra a credibilidade que a ouvidoria tem perante a sociedade. Em outro âmbito

estivemos, esse ouvidor, participando como representante do órgão em projetos executados em conjunto com o fórum nacional de ouvidores de polícia.

Em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria Nacional da Segurança Pública, em parceria com a comunidade europeia e voltados para o aprimoramento da formação policial e do controle externo da sua atividade, por meio de cursos e palestras em diversos estados e federação o projeto “Cidadania Viva”, deu transparência e visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas ouvidorias em todo o país, na segunda edição o mesmo projeto foi responsável pela realização de cursos de direitos humanos para policiais civis e militares. Estou à disposição dos senhores nobres deputados.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Primeiramente, só um minuto, queria agradecer com satisfação a participação do deputado do Roberto Massafera. Queria também (ininteligível) calma, tranquilidade e soubesse também, como senhor disse foi o povo que o colocou lá e todos os deputados foram votados e os que chegam aqui foram eleitos com o voto do povo, o que é muito difícil. O senhor tem quase 700 mil votos. Por gentileza, com a palavra, para a pergunta, vamos ser rápidos e profissionais, porque temos o Colégio de Líderes. Com palavra o Coronel Camilo.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Boa tarde, Sr. Presidente, nossos deputados, senhor Ouvidor. Cabem alguns esclarecimentos antes dos meus questionamentos, primeiro, deixar bem claro para todos que somos totalmente a favor da ouvidoria. Ela é muito importante para o estado de São Paulo, uma grande ideia do governador Mário Covas e defendo veementemente a ouvidoria.

Isso precisa ficar bem claro. Segundo, direitos humanos, a Polícia Militar de São Paulo, tem como um de seus princípios, que são três, o primeiro e mais importante é o respeito aos direitos humanos. O ouvidor sabe disso, já estive na polícia, provavelmente conhece eles e é o primeiro a respeitar os direitos humanos; segundo, onde isso não acontece, uma das corregedorias mais fortes do estado de São Paulo é a da Polícia Militar.

Só como um exemplo, tivemos no meu comando uma média de 250 a 300 expulsos ou demitidos por ano. Primeiro, os direitos humanos e o segundo princípio, a gestão, trabalhar com as melhores práticas e o terceiro, a polícia comunitária. Esses três princípios vão trabalhar interagindo com o cidadão e regem a Polícia Militar do estado

de São Paulo. Em nenhum momento a Polícia Militar de São Paulo trabalhar contra a ouvidoria, pelo contrário, atua em conjunto e ajuda nas apurações.

Ela foi criada pelo nosso governador do estado e agora passo aos meus questionamentos... Só uma coisa que gostaria de falar, o senhor comentou sobre a violência policial e todos nós somos contra a violência. Qualquer apuração para nós é bem-vinda, chegou qualquer denúncia, seja da ouvidoria, do povo ou de qualquer lugar, chegou a Polícia Militar ou dos próprios comandantes, elas são apuradas com rigor.

Alguns questionamentos e só para complementar, os nossos deputados chegam a esta Casa e todos eles representam o povo de São Paulo, semelhante ao ouvidor, que tem o dever de também falar pelo povo. Senhor Ouvidor, primeiro agradeço pela sua presença na Comissão. Sempre fui contra as convocações e nesse caso a Comissão decidiu que o senhor seria convocado. O primeiro foi convite, como foi dito, mas isso independe. Obrigado pela sua presença. Queria frisar que o senhor é um servidor público, ou seja, quantos funcionários têm na corregedoria, aproximadamente, se não souber exato? Policiais militares, civis e funcionários civis.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É proibido ter policial militar como funcionário por lei. Nós temos colaboradores que o secretário empresta, temos 15 assessores, 10 assistentes e cinco assessores. Só que é bom frisar que trabalhamos com 13 e faz mais de dois anos que nós não... não nos colocam lá.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – O senhor tem uma estrutura de estado. E o senhor recebe para ser ouvidor?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Sim, está na lei da 826.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Foi falado muito sobre a ouvidoria e sou totalmente a favor. Mas vou ler as funções, que foram ditas, vou repetir. Direi resumidamente.

Lei Complementar nº 826: receber denúncias, questões quanto ao funcionamento dos servidores, verificar a pertinência das denúncias e reclamações, representações, propondo órgãos competentes a sua apuração para depois tomar providência; propor ao secretário, organizar e manter arquivo, elaborar e publicar trimestralmente o anual; requisitar diretamente, dar conhecimento. A ouvidoria manterá os serviços telefônicos.

Queria perguntar para o senhor, onde está escrito que ouvidor acabou a ocorrência e ele deve estar no local fazendo críticas as polícias sobre a atuação? Sem ter conhecimento dos dados.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O senhor acha que não tenho conhecimento dos dados.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Quando estive nos lugares, tinha conhecimento, as coisas sempre tinham ocorrido antes. É lógico que se teve uma ocorrência, quando fui falar tinha conhecimento. Queria alertar ao deputado o seguinte, aprendi na minha vida, fui advogado de júri, fiz mais de 200 júris no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro. Aprendi a debater com o mais difícil promotor público desse estado...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – ... Vamos debater então. Agora o senhor é o ouvidor.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Exatamente. Por que? Porque sempre pautei como a realidade, uma verdade. Nunca diminui e aumentei nada, estou sempre na verdade. Na realidade debato com o senhor e o maior promotor público do estado de São Paulo. Pode mandar a bala.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Está bom, vamos lá. Não está nas funções do ouvidor, que respeito, de imediato, sair antes de apurar, vir a pública. Aconteceu o fato de o jovem, que no caso do trânsito da Zona Sul, no dia seguinte o senhor estava no “Bom Dia, São Paulo”.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não, senhor. Estava no “Bom Dia, São Paulo” ao meio dia. A coisa aconteceu as 19 horas e 30 minutos...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – “Bom Dia, São Paulo” é para manhã.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não estava, o senhor está errado e falando besteira.

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, Coronel Telhada.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Não estou entendendo a postura do ouvidor, no momento em que ele está apontando o dedo para o deputado.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor está um pouco nervoso? Não está, não é.

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Eu estou com a palavra.

**O SR. - Coronel Telhada...**

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. -** Acho que o senhor não conhece o procedimento.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – A senhora faz parte de alguma coisa? Então, por favor, não se meta. Continue Coronel Telhada. A senhora não tem palavra aqui, nem fale.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Não estou entendendo a postura do ouvidor apontando o dedo para o deputado. Segundo, o fato de estar falando besteira. Quando ele falou, nós ouvimos e respeitamos, ele obrigado a ouvir agora e responder o que foi inquirido.

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Calma, pelo amor de Deus.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Se o senhor debateu com os maiores promotores do mundo, se atenha a isso.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Com a palavra o deputado Coronel Camilo.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – O senhor é um servidor público, para exercer uma função pública responde por isso e deve ter responsabilidade. Essa forma de fazer críticas a polícia de São Paulo leva a população contra a polícia. Outra coisa, frequentemente o senhor estar fazendo insinuações e críticas a corregedoria da polícia de São Paulo, fez isso veementemente.

Falou que a corregedoria não estava apurando e queria que o senhor trouxesse para a Comissão quais são os fatos que a corregedoria não apura, porque ela é o seu braço. O senhor teria que pegar uma reclamação ou denúncia, apurar primeiro.

Foi no dia seguinte, que seja da manhã ou na hora do almoço, o senhor não tinha a apuração dos fatos para falar a respeito deles. Muito menos fazer insinuações contra a sua corregedoria, porque ela ajuda o senhor. Da forma como o senhor está falando, é como se fossem as mil maravilhas o seu trabalho na ouvidoria.

Não sou contra a ouvidoria, mas sim como a forma que o senhor está conduzindo o seu trabalho e só, por exemplo, o senhor trouxe e não fui eu, queria parabenizar o Dr. Funari, que está presente e ele ouvia, apurava e depois vinha a público falar. Ele não vinha precipitadamente, no dia seguinte, sem ter amplo conhecimento dos fatos, fazer insinuações, como foi feito nos cinco jovens também. Depois se provou que não foi a polícia e sim a Guarda Civil.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Desculpe, não fiz insinuação nenhuma. Mas quero responder.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Está bom, espere, quero continuar mais um pouco. Mais duas coisas, além dessas precipitações, o senhor falou que está a mil e poucos, um ano, só queria deixar claro para que todos escutem, todos que estão aqui entendam. O senhor vai ficar mais um ano, porque o governador... O senhor não foi o mais votado para permanecer na segunda eleição pelo que me lembro, mas assim, o senhor vai ficar mais um ano...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O senhor batalhou contra o segundo colocado. Gostaria que ele fosse, só para o senhor aprender. Assim o senhor já vê quem é.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – 33 anos de polícia, três anos comandando a Polícia Militar de São Paulo, defensor dos direitos humanos, aliás, a Polícia Militar foi a que mais integrou as conferências de direitos humanos no Brasil. Acho que tenho muito o que aprender e também a entender como um ouvidor de política como o senhor ainda está nesse cargo. Pedi a sua exoneração ao governo do estado e por causa disso, devido as suas atitudes precipitadas.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Silêncio, por gentileza.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Só para deixar claro, quem nomeia pode exonerar sim. É isso, essas funções e tenho mais questões, mas vamos lá. Essa precipitação, crítica, onde está escrito nas suas funções que o senhor tem que vir a público criticar as policias. Por que o senhor não apura e traz o resultado primeiro?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Eu queria...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Fica à vontade.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria de antemão perguntar para o deputado quando eu errei, se me precipitei, quando falei uma coisa que não foi a realidade? Se o senhor me trouxesse algum erro meu, por essa possibilidade de precipitação, eu ia falar que errei. Mas até agora, infelizmente, sempre acertei. Pode procurar e o senhor não vai achar. Em relação as possíveis

insinuações que o senhor comentou que falei em referência aos cinco jovens... Falei que houve execução e realmente houve.

**O SR.** – Me permite um aparte?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Me deixa falar, senão perco o raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deixa ele terminar, Coronel.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Nunca falei que foi um policial militar. Falei que houve, que o pessoal que estava lá, porque vi, tinha gente com o enforca gato, algemado, mas nunca falei que havia sido um policial militar, falei que foi execução e foi mesmo. Aonde que eu errei? Por gentileza, pode falar.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Queria registrar a presença da deputada Beth Sáhão e Jooji Hato. Pode ficar à vontade.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Vou pegar apenas três situações, o senhor pediu quatro. Mas, três de outubro de 2015, ouvidor das polícias diz que: “PM foi truculento ao desocupar escola” proferida ao portal G1. Mesmo quando a imprensa elogiava a ação da polícia de São Paulo. O link está aqui caso o senhor queira ver.

12 de março de 2016: ouvidor da polícia Julio Cesar Neves, classificou como “risco a democracia a ação de policiais armados durante um Plenário em apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

Terceiro, 03 de junho de 2016: palavra do ouvidor de polícia referindo-se à ação de policiais “foi para matar”. Não foi, mas sim para se defender. Ainda continua o senhor Ouvidor “os policiais cometeram falhas na abordagem dos dois garotos que roubaram um carro na Zona Sul de São Paulo”.

O senhor veio falar no dia seguinte a respeito da morte do menino. Depois ficou configurado como defesa putativa, dos policiais. São três exemplos que foram citados no ofício e que pede a sua exoneração ao governador do estado. Só três, porque o senhor pediu para dar exemplo.

Falou que estou falando vazio e não estou. Essas atitudes de um ouvidor que tem a responsabilidade de primeiro conhecer, para depois apurar e colocar em seu relatório. Não está escrito que o senhor tem que ir falar na televisão, criticar... Me deixa terminar, por favor. Por isso, que foi pedida a sua exoneração ao governador, sou a favor do ouvidor de polícia e não do senhor no cargo de ouvidor.

Sou a favor da ouvidoria para defender os policiais e o bom cidadão de São Paulo, mas com responsabilidade, o que não estou vendo no desempenho da sua função como ouvidor e servidor público do estado.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Tem a palavra o Dr. Julio.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Muito obrigado. Aqui estão as provas, olha a foto na época das desocupações, está aqui, só coturno e um estudante secundarista no meio. Isso não foi excesso?

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Tirar a foto de um contexto.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O senhor olhe a outra foto, senhor deputado. Olha a força dos alunos (ininteligível), levando porrada e cassetete. Olhe o rapaz, no meio dos policiais, a manchete do jornal, deputado Camilo, “protesto de estudantes termina com bombas e violência da Polícia Militar” errei aonde, deputado?

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Errou quando o senhor, como agente público, veio falar à imprensa, porque ela pode dar (ininteligível).

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Estou falando, eu respeitei o senhor, não errei em nada. Infelizmente, a polícia agiu de um modo muito excessivo naquelas desocupações.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – O senhor estava lá?

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – ... Estava em cima do viaduto.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – E viu tudo isso?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Vi.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Foi você que tirou essa foto?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Olha só, nós estávamos vendo isso direto, até em televisão. Isso foi uma coisa, a outra que o senhor me acusou,

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deixa ele terminar de responder.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Não acusei, repeti o que está na imprensa. O senhor está repetindo o que está na imprensa também.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Em relação ao sindicato, invadido pelos policiais militares, o senhor fala que não ouve uma invasão, que eles não foram armados. O senhor fala isso.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Espera só um pouco, lá do Sindicato de Santo André?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Exatamente.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Vamos explicar para todo mundo que está ouvindo, um Sindicato com 800 pessoas lá dentro fazendo uma reunião, vai uma viatura com dois policiais, é a isso que o senhor está se referindo?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não com dois policiais, foram com mais depois.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Primeiro, vamos explicar como aconteceu. Os dois policiais... A polícia tem o dever de garantir a segurança em todas as manifestações, a lei estava preparando, houve uma solicitação para que o pessoal fosse conhecer aonde eles fariam a manifestação. Quando chegaram lá colocaram os dois policiais dentro do Sindicato, ficaram com receio de que eles fossem agredidos e foi chamada a Força Tática.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Essa é a sua versão, eu estava lá e invadiram, dois policiais mal comandados, armados com metralhadora entraram em um recinto onde não foram convidados. Nós deputados estávamos lá e demos proteção ao tenente responsável que armado de metralhadora foi enfrentar 800 pessoas. É um despreparado e o que é pior...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Discordo.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O comando dele é que é fraco e esse é o mal das nossas policiais os seus comandos...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – ... Sou obrigado a discordar.

**O SR.** - Trouxeram torcida uniformizada.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** –Vamos mudar um pouco de assunto, senhor Ouvidor. Temos mais algumas questões.

**O SR.** - Sr. Presidente, quanto tempo cada deputado...

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR.** - O senhor deve ter me falado uma terceira, que eu gostaria de falar, não lembro qual foi.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Coronel, veja rapidamente, para passarmos para os próximos.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** –Vamos lá, tenho mais algumas questões.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Tem alguma que ele não respondeu, que o senhor quer? Ele perdeu a terceira.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O senhor falou outra, falou três. Eu respondi.

**O SR. -** Pela ordem, Sr. Presidente, o pessoal... Vários deputados, pediria que o pessoal ficasse calado, porque não porque ficar interrompendo a reunião.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Por gentileza, senhores, dá para ouvir; mantenham silêncio. Senhor, por gentileza.

**O SR. -** Se o senhor não se calar vou pedir para que ele se retire.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Por enquanto ele vai ficar, no silêncio. Por gentileza, o senhor não está ouvindo é isso? (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Deputado Camilo, o senhor falou sobre a corregedoria, aonde que vi um descrédito. Eu gostaria e realmente trabalho com eles, tenho o maior respeito pelo corregedor, vou lá muitas vezes e sempre fui muito bem recebido, é até ruim eu ter que responder isso para o senhor, mas, infelizmente não é como o senhor, ex-comandante e muitos outros policiais gostariam que fosse. Vou te dar um dos exemplos, naquela ocasião do menino Ítalo, o comando, os policiais militares contrataram um advogado.

Ele era Dr. Marcos Rogério Manteiga, certo? Ele foi o advogado que a polícia confiou, do policial. Gostaria de falar sobre esse caso, para deixar claro que não errei, quero discutir esse caso, não quero fugir. Vamos colocar o problema do menino Ítalo já. Esse advogado, que é de confiança dos policiais, que falava na televisão, ele foi uma das pessoas que nos procurou, para o senhor ver como é a credibilidade da ouvidoria.

Ele nos procurou e ligou, falando, o denunciante e aqui está o registro da denúncia do Dr. Manteiga: “O denunciante é advogado e compareceu na corregedoria da PM, no

dia 04 de março de 2016, às 13 horas e 30 minutos, entregou um mandato de judicial, de habeas data, emitido pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, autos número tal, é um número grande... Ocorre que passadas três horas o advogado não foi atendido com a entrada dos documentos e ao questionar ao policial que o atendeu, apenas foi informado que a instituição estava analisando o pedido recebido, que o advogado informou o policial que decisão judicial não se analisa e se cumpre. Posteriormente, foi informado por um tenente que o pedido seria entregue após 20 minutos, ou seja, por volta das 15 horas e 57 minutos. Após o denunciante informar que estava com a ouvidoria no telefone, que manifesta descontentamento, insatisfação com o atendimento dispensados aos advogados, que necessitam do órgão e que já é corriqueira a morosidade ao ponto de aguardar três horas. Solicitou o estudo para implementação de um sistema de atendimento eficiente, pois o advogado tem outros afazeres e obrigações”. O senhor vê, o advogado dos senhores reclamou da corregedoria.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Espera só um pouco. Só para fazer um aparte nessa sua conversa. Primeiro, esse advogado não é da polícia, ele é contratado pelo policial, sabe por que? Porque a ouvidoria poderia ajudar e fazer sugestões para que os policiais militares de São Paulo e os civis e os científicos tivessem assistência jurídica, eles não têm.

Eles têm que contratar, o estado manda que eles vão lá salvar e trocar tiros e depois ele tem que contratar um advogado para se defender. Segundo, esse advogado especificamente ele tem um preconceito contra a Polícia Militar por fatos de que ele inclusive está envolvido inclusive com policiais que não vou falar em público para não prejudicar esse advogado especificamente.

E, outra coisa, se dá um documento e espera três horas para ter uma resposta de habeas data, não é nada urgente ou risco de morte. Se ele não puder esperar um pouco para receber o documento e já faz todo esse alarde, não sei que advogado é esse. Quero ver se ele for em qualquer órgão público, se em três horas ele vai receber o documento, principalmente quando pede uma série de documentos. Vou fazer duas questões, porque meu tempo está acabando. A primeira questão...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – ... Seu tempo terminou faz tempo.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Mas é rapidamente, pode continuar, Coronel Camilo.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Duas questões, rapidamente, primeiro, o senhor falar que a escolha do ouvidor é democrática e eu pergunto, que democracia existe na escolha do ouvidor se apenas o COMDEP pode indicar? O mesmo COMDEP que teve o seu vice-presidente preso envolvido com o crime organizado. Me deixa terminar. Segundo, por que não pode ser aberto para a OAB?

Para o Instituto Sou da Paz? Para outros órgãos de direitos humanos? Por que só o COMDEP tem que indicar os três nomes? O que estamos pretendendo, inclusive, no projeto dessa Casa que mude, que isso vá para lá, para que o secretário possa ouvir todo mundo, seja amplo.

**O SR.** - E a última pergunta Coronel.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – A última pergunta. Por que no caso dos elogios aos policiais e das sugestões, no caso, por exemplo, de Piracicaba e dos fatos que tenho, o senhor demora para encaminhar para a Polícia, mais de seis meses. Por que aconteceu um fato que o senhor não sabe e no dia seguinte está na mídia? São essas duas questões. Obrigado.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Primeiro, do COMDEP, quero falar que acredito, infelizmente, que o senhor não tenha visto bem a lei que... Pelo COMDEP, é o seguinte, ele é composto por seis entidades da sociedade civil, aonde é eleita por mais de uma centena de entidades e por mais cinco instituições, uma que é entidade. O senhor vem falar que a OAB pode indicar, eles têm dois conselheiros, inclusive, um deles está aqui. Um dos conselheiros indicados pela OAB, o senhor não sabe disso, mas temos dois conselheiros pela OAB. Nós temos um outro conselheiro que é do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, o Dr. Marrey. Um outro que é do próprio governador do estado, do Poder Executivo, indicado pelo Geraldo Alckmin. Um outro que é da Assembleia Legislativa, indicado pela Comissão, da qual o deputado Telhada faz parte.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Não fui eu que indiquei.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – (ininteligível).

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Se o senhor entrar na lei da ouvidoria e ver como é composta, o senhor vai ver que o governo do estado fez questão de mudar a lei porque vai ter condições, se assim o desejar, de colocá-lo na lista tríplice. O senhor não entendeu isso ainda, está querendo...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Pode ser que eu tenha errado.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Pode ser não, estou falando que o senhor está errado.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Mas só o COMDEP indicar não é democracia.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Lá tem as entidades. Desculpe, Coronel Camilo, deputado, o senhor está errando demais, são entidades aonde o Instituto Sou da Paz pode ir lá. Ele pode se credenciar.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Qualquer um pode falar pelo COMDEP. Mas se o COMDEP não aceitar, não vai indicar. Ninguém pode indicar direto para o secretário.

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Os dois coronéis, os deputados comprovam que não é assim. Tanto que não fui eleito com voto do COMDEP, das entidades, mas sim porque fui indicado pela Comissão de Justiça e Paz do Paulo Evaristo Arns. Os votos não foram meus...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Foi indicado pelo COMDEP.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Dentro do COMDEP, sou da Comissão de Justiça e Paz.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor respeita, a segunda pergunta, para andarmos. Qual era a segunda? A primeira sobre o COMDEP e a segunda? Senão vou passar para o Gil Lancaster.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Por que um lado vai rapidamente e o outro devagar?

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Os elogios fomos nós que assumimos, uma sugestão que assumimos os elogios da Polícia Militar.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – O Dr. Funari está aqui e ele fez elogios para a polícia.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Eu era da gestão dele, estou falando da nossa gestão da Comissão.

**TODOS** – (ininteligível).

**A SRA.** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Eu era adjunto, o senhor sabe disso...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Quero registrar a presença do nobre deputado Alencar. Agora nós vamos passar para o próximo perguntar, o deputado Gil Lancaster e depois o Telhada, o Luiz Fernando e assim, respectivamente.

**A SRA.** - Sr. Presidente, eu só queria...

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** - Boa tarde, Dr. Julio.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O deputado Gil Lancaster tem a palavra.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Boa tarde, o senhor, sou como todos os nossos cidadãos de São Paulo...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Vamos fazer perguntas rápidas para não demorarmos.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Sempre será bem-vindo nessa Casa, e nós tratamos os temas com muita calma e serenidade. O senhor fique tranquilo, não somos promotores, nem juízes e muito menos acusadores.

**O SR.** - Só um aparte. O senhor me permite? Fiz questão de falar anteriormente isso, porque o deputado Camilo vem falando isso na Assembleia Legislativa quase que diariamente e tenho escutado porque nós temos uma colaboradora, uma assessora, uma coronel e faço questão de saber o que estão pensando os deputados. Fico sabendo que o senhor fala sempre com Coronel...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... E comigo também. Também falo, tenho certeza, não saio dessa. Vamos lá, deputado Gil Lancaster.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Reafirmar, como o Coronel disse, que também somos a favor da ouvidoria e não contra. Respeitamos o senhor e assim desejamos ser respeitados como deputados.

Somos contra as torturas que o senhor citou e todo ato ilícito. Acho que a Comissão de Segurança tem feito um ótimo trabalho esse ano e nós somos, para o senhor saber e todos que estão presentes, contra policiais bandidos, depois de condenados, devem estar na cadeia realmente.

Essa Comissão preza por isso. O senhor disse que tem 1.180 dias de trabalho, parabéns para o senhor, mas disse uma forma que deu a entender para todos os que estão presentes, a imprensa, a população que nos ouve, 1.187 denúncias contra policiais.

O senhor fala como se todas as denúncias fossem já apuradas e como se todas as denúncias gerassem policiais bandidos. Eu gostaria de saber do senhor, dessas 1.187 denúncias, quantas realmente foram apuradas corretamente e se tornaram fatos de verdade. Por favor.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Muito obrigado pela pergunta. Vou aproveitar para responder novamente para o deputado sobre a corregedoria. A corregedoria, em primeiro lugar, nós estamos pedindo explicações para eles de todos os policiais expulsos, quais foram os que realmente foram expulsos pela letalidade policial? Não nos respondem e mais que isso, aponte um órgão... Uma entidade... Um jornalista livre, fizeram, teve que entrar na justiça e reclama muito sobre isso. A corregedoria só respondeu quando a ouvidoria estadual falou para responder, porque até então não respondia. Nós fizemos uma consulta, estamos fazendo sempre isso e não temos resposta. Não sabemos, por exemplo, o deputado Camilo falou que em sua gestão como comandante foram tantos expulsos, não sabemos até hoje na sua gestão, porquê foram. Se foi porque estavam furtando, pela letalidade policial, não temos esse dado, porque a corregedoria não nos informa, essa é a realidade. Quanto aos 1.187...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Também tinha um aparte. Já que me citou. Queria que o senhor,

**O SR.** - Sim, foi dado.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Rapidamente, Coronel Camilo.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Queria dizer o seguinte, interessa para o senhor saber desde 1900 o que aconteceu com a corregedoria, mas o seu trabalho é daqui para a frente. É pegar o que está acontecendo agora e não ir para a imprensa em primeiro momento, mandar apurar. No meu comando o senhor pode deixar, vou encaminhar tudo que foi e o que aconteceu.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Faz o favor, isso também ouvi e não tem recebido. Não tem sentido o que o senhor está falando, deputado, vou te falar porque, o senhor quer que o ouvidor só venha a se manifestar quando acabou as coisas e só foi investigado.

**O SR.** - Calma...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – ... O senhor me permite.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – ... O senhor tenha ciência dos fatos...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deixa ele terminar e vamos passar.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não dá para ser assim, porque um júri às vezes demora mais de 10 anos, as coisas... Tenho que manifestar quando estou vendo a realidade dos fatos, a polícia extrapolar, jamais fui contra uma atitude correta de um policial...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – ... Jamais foi contra a atitude correta de um policial?

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Já entendi o que o senhor quer dizer, é que o Coronel estava querendo deixar claro, que ele acha que o senhor é precipitado, mal acabou a ocorrência, nem o delegado atuou em flagrante e o senhor já está dando a sua opinião. Isso que ele quer dizer. Assim como vi o dia que o senhor foi no 77 DP, que um mendigo foi tentar furtar uma viatura e acabou entrando entre a viatura e a viatura bateu a porta e ele morreu lá dentro, o senhor soube dessa história no 77.

Ele faleceu lá por nada e o senhor foi lá dar entrevista “quero o Ministério Público apurando”. Tinham as fitas, que eu vi antes o que senhor, fui mais rápido, que

mostravam que ele abriu a porta para furtar a viatura e ela fechou, acho que ele não conseguiu gritar e morreu.

Quer dizer, já estava julgando e queria o Ministério Público. Ele não é tão correto quanto a gente, fazemos um trabalho bom ou até melhor que o do Ministério Público. Acho que não precisamos chamar eles.

O senhor pode ir lá e ficar do lado e viu que nas fitas realmente, foi uma morte imbecil, porque a porta fechou e ele ficou lá dentro. É essa rapidez que o senhor chega falando, é que deixa nós policiais, estou falando na boa, “mas já está dando a opinião antes de uma perícia? ”. Só isso, com a palavra o deputado Gil Lancaster. Mais alguma pergunta? Senão vou passar para o Coronel Telhada, para que nós consigamos correr.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Tenho, quero que o senhor me responda sobre as 1.187 denúncias, quanto realmente fundamentou em casos condenáveis.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não consigo, justamente porque a corregedoria não me dá esses dados. A ouvidoria não tem o poder de apuração, investigação, mas esse poder “que eu faço”, que o deputado está achando que estou errando.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Que é de formador de opinião.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É justamente de cobrar, eu represento o povo pobre, preto e da periferia.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Ninguém é contra isso, já falamos 10 vezes. Quero só para encerrar, pedir com toda a sinceridade que o senhor responda à sociedade paulista e paulistana, pelas suas atitudes precipitadas, às vezes, como já foi citado e até levianas. O senhor colocar dois ou três casos entre mais de 120 mil policiais civis e militares contra a população, sendo dois ou três casos que as vezes são apurados e em última instância ainda, sendo que os outros 120 mil não têm culpa nenhuma e isso joga duas instituições sérias, competentes, trabalhadoras, que recebem um salário de miséria, para defender a nossa população até com a nossa própria vida.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Desculpe, mas o senhor está fazendo uma afirmação que não existe.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Quero que o senhor responda com toda a sinceridade a minha pergunta.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não faço precipitação nenhuma quando não tenho certeza e convicção.

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – É isso que quero de resposta do senhor.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Tenho convicção, tudo que falei até agora nunca errei e quando falei sobre o que o deputado Delegado Olim falou, o cidadão morreu dentro do camburão, de uma delegacia, o que exige? Investigação, é isso que o ouvidor tem que exigir.

**O SR.** – Com a palavra...

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – Tenho mais uma pergunta, por favor. Com essa mesma rigidez que o senhor trabalha, acho louvável, quando do lado bom, quando se ventilou na imprensa, todos os jornais que li e acompanhei na Comissão, que possivelmente os policiais militares estariam envolvidos na chacina dos cinco jovens, o senhor não entrou com toda essa rigidez para saber se era correto ou não, essa notícia que os jornais divulgaram prejudicando a Polícia Militar do estado de São Paulo que não tinha nada a ver com o ocorrido e foi provado agora.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Entrei com toda a rigidez, fui até o IML, estive lá com o secretário Magnum, com as mães deles e em momento algum o secretário viu ou me ouviu falando que foi um policial militar, pelo contrário, acompanhei porque estou representando a mãe sofrida que não tem voz. Agora se elas acham e colocam que existem indícios, tenho que receber e não afirmar, mas acompanhar e pedir investigação, foi isso que pedi para o secretário Dr. (ininteligível).

**O SR. GIL LANCASTER – DEM** – É isso que nós esperamos do senhor.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor está com a razão. Com a palavra o deputado Coronel Telhada, o próximo é o Luiz Fernando.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Muito obrigado. Queria saber do senhor Ouvidor a sua formação profissional, por gentileza.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Fiz direito, sou formado pela Universidade Mackenzie e me formei nos anos 80. O que mais o senhor quer saber?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O seu currículo?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Pois não, profissionalmente tive a felicidade ou a infelicidade, para o senhor, de ter sido polícia, lá na Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar. Conheço afundo o policial.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O senhor foi policial?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não, fui advogado do clube de subtenente e sargento. Se os senhores não sabiam disso...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Por que minha infelicidade?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Porque talvez o senhor quisesse fazer essa pergunta para...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – ... O senhor está com uma atitude de defesa e afronta desde que chegou, não estou entendendo.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – De defesa não.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Fiz uma pergunta para o senhor...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Pois não, estou à disposição.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** –Eu não perguntei a sua formação. Mas é o senhor que está sendo inquerido, não sou eu. Eu sou o deputado e o senhor é o convidado.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Convidado não, convocado.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O senhor é o convocado, então responda a minha pergunta.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Pois não.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Responda, estou aguardando.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Sou advogado com mais de duas centenas de júris.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Sempre na área criminal.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Sempre na área criminal, estou à disposição. O que o senhor quer que eu fale a mais?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Só isso?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Tive vários cursos, por exemplo, dentre eles, acho que estou entendendo aonde o senhor está querendo chegar e vou falar...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** –... Já que o senhor está entendendo, chegue lá.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Pois não, o senhor quer talvez falar que eu não entendo nada de polícia. Eu disse isso?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Não, hoje não, mas já falou isso outras vezes.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Eu disse isso, Sr. Presidente?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Em outras vezes o senhor falou. Já ouvi o senhor falando.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Então, como diria Jesus Cristo: “tu dizes”.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** –... O senhor já falou em outras vezes, que eu escutei.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Mas também quero deixar claro que o senhor e o Coronel Camilo não entendem nada de ouvidoria.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Calma, para de apontar o dedo para mim, por favor. Nós estamos conversando, o senhor está nervoso.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Os senhores apontaram o dedo para mim, permanentemente na Assembleia Legislativa e em Plenário, eu lá em casa ouvindo, (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Aqui ninguém apontou o dedo para o senhor.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Fiz uma pergunta e até agora ele não respondeu?

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Qual é a pergunta?

**O SR.** – Advogou por muitos anos na área criminal.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não, mas eu quero falar mais. Quando houve em São Paulo, não era ainda no comando do deputado Camilo, a introdução das polícias comunitárias, dos COBANS, (ininteligível), estive lá presente, participei (ininteligível), dos COBANS da Polícia Comunitária. Perante o fórum nacional de ouvidores, estive em vários estados ouvindo palestras de policiais, não apenas de São Paulo, mas de Pernambuco. De alguma forma... A vida faz com que nós tenhamos essa sensibilidade.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor sempre advogou?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Pois é, o senhor acha que essa sua formação o torna apto para realmente conhecer a Polícia Militar e Civil?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não, me torna apto para ser ouvidor. Ouvidor, o senhor sabe? Quero te fazer uma pergunta só, se o senhor me responder...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Sim, senhor.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O senhor sabe o que significa a palavra ombudsman?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Não, o que significa?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Bom, pois é, vou te falar, ombudsman significa representante. Eu represento o homem, então não tenho obrigação de saber o que o senhor sabe sobre a polícia. Até mesmo porque o ouvidor não pode exercer o cargo de policial no estado de São Paulo. Está na lei 826, então estamos aqui justamente por não sermos policiais e por isso que nós não temos que deixar prosperar o que o Coronel Camilo quer, mudar a lei para colocar um subserviente e uma pessoa condescendente aqui que fale “sim senhor” para todo mundo.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O senhor está se defendendo sem ter sido atacado. É muito interessante...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – ... A proposta do comandante...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – ... Eu faço uma pergunta e ele responde outra. Não estou entendendo o que está acontecendo.

**O SR.** - Me permite um aparte. A proposta agora quem erra é o senhor, porque ela não é assim, ela simplesmente deixa que qualquer entidade, órgão possa indicar nomes, não apenas o COMDEP. Essa é a proposta.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR.** - Deputado Telhada.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Pois não, faço uma pergunta e o senhor responde outra. O senhor está em um estado de defesa total e não é necessário isso, nós estamos conversando.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O senhor quer que eu ataque?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Não, que o senhor fique à vontade. A hora que o senhor quiser, nós também atacamos aí não será um problema. Se for ataque por ataque, simplesmente...

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Acho que o senhor leva a pior.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Acho que não.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Por que? O senhor está me desafiando?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não estou desafiando. Não, eu prefiro que a gente fique...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Sr. Julio, responda as perguntas. Faça o favor, Coronel, pergunte por gentileza.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** –Desde que o senhor chegou está atacando todo mundo e o senhor não foi atacado até agora. Nós fazemos perguntas e o senhor ataca. Nós estamos ouvindo. O senhor perguntou se sei o que é ombudsman, o senhor sabe o que é ser ouvidor?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Está baseado na lei 826.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Responde o que estou perguntando. Assim não dá.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Existe a lei 826 e o ouvidor.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – A função do ouvidor está baseada na lei 826?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É no ombudsman, é a uma palavra de origem sueca. O primeiro ombudsman que apareceu foi na Suécia.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O senhor não entendeu a minha pergunta.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O senhor que não sabe o que é um ombudsman.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Posso perguntar novamente?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Deve.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – A função do ouvidor está baseada na Lei Complementar nº 826, de 1997, sim ou não?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Também. Só que isso... O ouvidor ele não pode ser apenas ouvidor, ele não está pra ouvir, ele é representante. O senhor já entrou no site da ouvidoria?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Responda o que perguntei, por gentileza.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O senhor já entrou no site da ouvidoria?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O ouvidor está baseado na lei nº 826, sim ou não?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Também.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Respondeu.

**TODOS** – (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Depois vocês falam, vocês vão perguntar mais alguma coisa?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Tenho várias perguntas.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Então o senhor pode... Para nós correremos.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Já que a função do ouvidor é baseada na lei 826, queria saber nessa lei aonde que permite ao ouvidor emitir parecer pessoal sobre fatos que não participam.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Se o senhor ler o site...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** –... Estou perguntando na lei.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deixa ele responder.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Está intrínseco na lei que o ouvidor é o responsável, ele está ali para ser o porta-voz do povo carente.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O senhor me mostre isso na lei, por favor.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Se o senhor soubesse o que é ombudsman não iria fazer essas perguntas.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Se o senhor conhecesse a lei não responderia assim.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Mas a lei está aí.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Não está escrito.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não está escrito, eu sou o porta-voz, tenho que falar porque eles não têm quem fale.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Não tem.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Eles não têm quem fale. O pessoal da periferia, o povo pobre não tem. Deputado, desculpe, o senhor quer uma pessoa que só receba a denúncia e não fale?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O senhor está respondendo coisas que não estou perguntando, pergunto uma coisa e o senhor responde outra, apoiado pela

plateia que o senhor trouxe e não vai mudar o que estou perguntando. Entenda uma coisa, deixa eu perguntar...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Eu só vou prestigiar o ouvidor.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Estou perguntando sobre uma lei que existe, um decreto que regula a função do ouvidor.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Foi aquela que leu já?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Foi, a 826 de 1997, está aqui. E ela dá todos... A ouvidoria de polícia tem as seguintes atribuições, ninguém aqui...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor acha que está cometendo abuso do jeito...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não, o ombudsman é para isso. É que o senhor não sabe, não conhece a ouvidoria, não sabe o que é um ombudsman.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O senhor não me deixa perguntar. Eu sou brasileiro, não sou americano para saber o que é ombudsman. Eu sei o que é ouvidor.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Mas nem o americano sabe. É sueco.

**O SR.** - Graças a Deus eu sou brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor tem mais alguma pergunta?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Tenho várias.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Então vai.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Queria perguntar para o senhor, ouvidor, baseado na lei, as posturas que o senhor toma. Exatamente o que foi dito aqui, o senhor emitiu uma opinião pessoal sobre o que ocorrências. Primeiro, o senhor não participou, teve conhecimento através de uma pessoa ou da imprensa e esse é o problema. Ninguém é contra a ouvidoria, entenda isso. Nós mesmos que somos policiais, hoje, deputados, a hora que tomamos um procedimento ou comentamos alguma coisa que não temos consciência, cometemos, talvez, o erro de falar o que não sabemos. O senhor disse que durante os seus 1.180 dias foram recebidas. Qual é a graça que o pessoal acha que eu falo?

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pessoal, gostaria de um pouco de respeito com os deputados.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Quero saber qual é a graça.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Já que os senhores estão aqui dentro e à vontade, por gentileza, vamos respeitar como todos estão sendo respeitados. Continue deputado.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Ninguém está brincando aqui. São 1.180 dias, o senhor recebeu quantas denúncias?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não, de policiais...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – De policiais.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – De policiais, 1.187.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – 1.187, o senhor acha que isso caracteriza isso como uma letalidade policial?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Me deixa complementar. 1.187 denúncias em dois ou três anos, praticamente, não é isso? Que o senhor está na função.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Isso é de policiais. Não é do povo, porque deles foram milhares, é outra história.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Mas quantas denúncias, então não estou entendendo, a ouvidoria recebe contra policiais?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Contra policiais...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Me dê um número.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – São milhares.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Sabe por que eu sei que é? Porque quando chefiava a Antissequestro, recebia direto denúncias da ouvidoria e não respondia nenhuma.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Tudo que vinha eu rasgava. Desculpa falar, mas nunca respondi nenhuma.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É uma média de oito mil por mês.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Oito mil por mês. Pergunto ao senhor pelo seguinte, é um número significativo e o senhor deve saber que a Polícia Militar, apenas na cidade de São Paulo, atende 40 mil ocorrências por dia.

O senhor deve saber, se não sabia, deve anotar esse dado. O senhor acha que oito mil ocorrências, denúncias ou críticas, ou mal dizeres contra a polícia significa que a Polícia Militar não trabalha de forma correta? Mais de 40 mil ocorrências por dia.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Nunca disse que a Polícia Militar não trabalha de forma correta. Quando foi que falei isso?

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Quando o senhor manifesta a sua opinião pessoal.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** –Naquele ato foi correto.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Mas ouvidor, entenda isso, a função do senhor não é essa.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** –Mas é o senhor que está falando isso. O senhor e o Coronel Camilo são as duas pessoas... O senhor precisa entender o que é ombudsman.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Ouvidor, é a lei que diz. O senhor tem todo o direito e dever de receber a denúncia e ir afundo, de achar os culpados e terá todo o nosso apoio. Me deixa completar, o senhor cometeu várias gafes.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Nunca.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Cometeu. Na chacina de Osasco, o senhor acusou policiais. Quantos policiais estão presos por causa dessa chacina?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É que o senhor está na terceira para a segunda pergunta.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Estou citando um exemplo, que toda a vez que o senhor se manifesta antecipadamente causa um desserviço à segurança, porque não tem provas. É igual o senhor mostrar essas fotos do cidadão sendo preso com as botas policiais em volta. O senhor já participou de manifestações e sabe que está no meio de uma como policial.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Eu estive em manifestações.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Como policial?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não, como ouvidor. Nós colocamos assessores para...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** –... Eu não terminei a pergunta. O senhor não sabe que a situação de um policial em uma manifestação e é isso que eu falo, entenda isso de uma vez por todas, todos aqui, ninguém é contra a ouvidoria, entenda isso, mas o problema é a manifestação, o achismo. Isso não pode acontecer, isso depõem contra a sua pessoa e a ouvidoria, um órgão que nós respeitamos e achamos necessário. O senhor falou da corregedoria da PM. Ela é muito rígida e o senhor sabe disso, só que a corregedoria da PM ela não age sem provas, assim como a da Polícia Civil, entenda isso de uma vez por todas. Ninguém é contra o senhor ou a ouvidoria, o problema é a maneira como o senhor fala, são os seus conceitos pessoais, a sua proação contra a polícia de modo geral. É isso que causa o mal-estar. Entenda isso.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Posso responder, por favor?

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Responde, pode ficar à vontade. Depois nós vamos...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Acho que uma delas é sobre eu ter falado...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Em um geral.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – No geral, o mais importante... Queria responder a da chacina de Osasco, que os deputados acharam e o senhor está achando até hoje que estou falando demais.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor lembra na época o que falou? Então, por gentileza. Só para dar uma explicação, é bom para eles saberem.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É muito fácil. O que falei...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Eu até molhei, desculpa.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Ele até molhou para ver se eu não comprovasse isso.

**O SR.** - Deputado, está aqui, ações de polícia apontam para grupo de extermínio.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Isso é muito fácil de ser comprovado. Eu vou ler uma carta.

**O SR.** - Está na “Folha de S. Paulo”.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Eu vou ler uma carta escrita por uma pessoa que vai reconhecer isso. “Senhora fulana, quero, não como comandante geral da Polícia Militar, mas como fulano, dirigir-me a senhora e pedir desculpas porque a princípio pessoas insanas e desumanas fizeram à sua família. Coloco-me como pai que sou a lamentar esse ato inconcebível desses homens que envergaram a farda da Polícia Militar, mas que se esqueceram do juramento feito de defender a sociedade com sacrifício da própria vida. Essa, tenha certeza, não é a formação dada nas escolas policiais militares, aliás, muito pelo contrário, lá se ensina e pratica o bem, do caminho as coisas certas. Abominável conduta desses homens que se dizem defensores da lei e da ordem, não sabemos porque essa conduta pode ser que a justiça venha a descobrir, mas as suas posturas demonstram que andaram no caminho do mal. É evidente que nada apaga a dor da ausência e nenhuma palavra trará seu filho de volta, porém, é necessário que firmemos a convicção da fé em Deus de que buscaremos a justiça de todas as formas. Como cristãos nos sentimos tristes, pois no ensinamento de Jesus Cristo sempre nos norteou a amar a Deus sobre todas as coisas a ao próximo, como a nós mesmos. Como o Eduardo que foi desprezado pela consciência desumana e irracional de seres que não sejam classificados como humanos, agora, como comandante dessa instituição com mais de 100 mil homens e mulheres, (ininteligível) senhora que a corregedoria da PM trabalhará permanentemente para descobrir e punir severamente os autores desse inescrupuloso crime, afim de que outras famílias não passem o que a senhora está

passando. Adotei como ordem, solicitar que um promotor de justiça acompanhe as apurações e coloquem (ininteligível). ”

**O SR.** - O que isso tem a ver?

**O SR.** - Espera um pouco, agora eu preciso de um aparte.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR.** - Quem assinou isso?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É o nosso comandante Coronel Camilo.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Essa carta, senhor ouvidor, presta atenção.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Pois não, o senhor mandou para a mãe.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Mandei para a mãe depois. Isso foi três dias após ter apurado e prendido 12 policiais militares, que foram enviados para o presídio Romão Gomes. Tinha certeza do que aconteceu, mas não foi no dia seguinte, precipitadamente acusar os policiais, então, isso foi escrito no sábado e na sexta-feira, foi para a mãe no sábado. Uma carta que escrevi, após, como comandante geral da Polícia Militar escrevo...

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – É isso, senhor Ouvidor, que espero do senhor. Quando tiver certeza dos fatos, que o senhor venha a público. Primeiro, eu não fui a público, essa carta foi para a mãe, ela foi para a imprensa porque a mãe deixou.

Segundo, falei depois de três dias, com certeza do que aconteceu e com providências tomadas, policiais bandidos de farda presos, ou seja, sem precipitação. É isso que espero do ouvidor da polícia.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Por que o senhor não foi a público se tudo isso estava ocorrendo e o senhor sabia?

**O SR.** - Mas não é isso.

**O SR.** - Eu não sabia.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Com a palavra o Coronel Camilo.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Só um minuto, acho exemplar o que o senhor fez...

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Mas estão todos presos, parabéns.

**O SR.** – Me deixa terminar.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Camilo, pode ir, porque depois vou passar para o Luiz Fernando.

**O SR.** – Dando continuidade...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Senão, não vamos acabar isso nunca.

**O SR.** – É o seguinte, tenho mais... Policiais militares: o maior direito que temos...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ...Telhada presta atenção assim já matamos essa e vamos para o Luiz Fernando.

**O SR.** – Policiais militares: o maior direito que temos é o direito à vida e o nosso maior dever é preservá-la. Não cabe a nenhum de nós como profissionais de polícia decidir sobre a vida do infrator por maior que tenha sido o crime cometido. A reação letal só é aceitável sobre o abrigo da legítima defesa, fora disso não iremos tolerar os maus policiais, aqueles que violam deliberadamente os direitos humanos e os princípios legais, por isso antes de agir, cada policial militar deve refletir sobre as consequências dos seus atos, ocorrências forjadas estão levando nossos policiais para a cadeia. Para a Polícia Militar os danos da imagem podem ser irrecuperáveis e para os policiais militares envolvidos os prejuízos financeiros, emocionais e familiares são incalculáveis. Pense nisso, um bom trabalho a todos. O comandante Gambaroni que teve a humildade de reconhecer que estava matando gente (ininteligível)...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Sr. Presidente, mais uma vez o ouvidor não me respondeu o que perguntei. Perguntei para o senhor sobre a chacina de Osasco e me respondeu com um documento quando o Coronel Camilo era comandante. Só para lembrar que ele foi comandante até 2012 e a chacina foi ano passado.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – É a de Osasco, não é?

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Foram presos mais de 30 policiais e o senhor falou... O jornal de hoje traz aqui.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Mas não é o que a Polícia Civil fala, “PM faz própria defesa”.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – O senhor já notou que quando eu o acuso de alguma coisa, o senhor coloca a Polícia Civil e Militar no meio?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não é que eu coloco, mas tenho aqui escrito.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Não foi a guarda isso?

**O SR.** - Não, esse foi aquele de Osasco.

**O SR.** - Barueri e Osasco.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Então não tem nada a ver com polícia.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Ele citou a carta do Camilo que não tem nada a ver com a história.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Eu entendi, o senhor que responder?

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Por favor, eu respondo.

**O SR.** - Então responda, por favor.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Quando ocorreu a denúncia, aquela chacina em Osasco, que na verdade não foi o que governo reconheceu, as 23 pessoas, foram 31, ou em uma pré-chacina e depois... Naquela ocasião, colega dos senhores, tenente e coronel, deixou claro que ali não tinha como não serem policiais pela forma que tinha ocorrido, pela contenção, empunhadura.

**O SR.** - Quem foi?

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Não sei, mas...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Na televisão, teve colega seu.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Pode colocar o nome, qual é?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Prefiro não citar, para não...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – ... O senhor está falando do Adilson Paes de Souza?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não foi o Adilson.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Isso é uma comédia.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não é uma comédia.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – É comédia, foi tenente meu.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Olha aqui...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – ... Eu conheço pessoalmente...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – ... Não foi o Adilson (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Mas tudo bem, vamos dar prosseguimento.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Telhada, deixa ele terminar a resposta.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – A denúncia de Osasco, quando ocorreu...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Não vai ler tudo, só dá mais ou menos.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – ... Não vai dar para ler tudo, mas de qualquer forma, Coronel Telhada, tenho uma denúncia muito consistente...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – ... Sobre?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Grupo de extermínio naquela região, está aqui, só que eu nunca pude falar, justamente...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** –... Encaminha para a corregedoria que eles tomam as providências.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Fui pessoalmente e até agora nada.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – Então o seguinte, para o senhor ver, foi feita a acusação...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não é acusação.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR.** - Calma, não é assim.

**O SR.** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deixa ele acabar de responder.

**O SR.** - Pertinente a denúncia que ele falou que tem, quero primeiramente cumprimentar a todos, o Dr. Julio, ouvidor, e todos que estão presentes, se o senhor não conseguiu entregar a denúncia na corregedoria, peço que entregue nessa Comissão, que nós encaminhamos, porque é obrigação da Comissão...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Fui pessoalmente e não posso entregar para essa Comissão, porque a ouvidoria deve manter sigilo e por isso não levei a público. Mas é uma denúncia muito consistente que levei no corregedor da Polícia Militar e envolve...

**O SR.** - Pode ter certeza de que será levado para a frente.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – E não só lá, levei no DHPP, para a Dr. Sato. Agora é o seguinte...

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Quero terminar...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Então termine.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR.** - Sr. Presidente, agora estou com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deixa ele terminar a resposta, ele não deu a resposta.

**O SR.** - Ele não acabou de responder gente, respeita o homem.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – A investigação realizada nos inquéritos policiais sobre essa chacina, instaurado para apurar a motivação e autoria delitiva desse crime demonstrou que PMs atuaram para vingar a morte do fulano de tal. Isso quem está falando... Está aqui.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Está aqui, 3ª delegacia.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É Polícia Civil, não é a ouvidoria, eu não investigo...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – ... Mas isso não é reservado? Não é uma investigação?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Foi uma investigação que a sentença saiu hoje, mas que nada... Isso não transitou em jogado, o promotor público pode recorrer....

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** – ... Mas não podemos, é um problema ouvidor, vou repetir, é ser precipitado, é falar coisas sem provas, é fazer achismos, ninguém tem nada contra o senhor ou a sua ouvidoria, esse é único problema. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Obrigado pela atenção, por gentileza, o deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT** – Sr. Presidente, quero saudar a todos os deputados, o nosso ouvidor das policias de São Paulo e dizer que o senhor é tão importante para nós, que hoje a bancada do partido dos trabalhadores se faz em peso, Dr. Julio, para poder ouvi-lo, queria, Sr. Presidente registrar que existem algumas pessoas que como o sacerdócio deixam de viver para lutar pela vida dos outros, por uma sociedade mais justa e tem uns malucos que se unem em torno da defesa dos direitos humanos e hoje essa Casa tem a honra de receber a Maria Goreti, do Núcleo de Estudos de Violência da USP, o Alderão Costa, ouvidor geral da Defensoria; a Comissão de

Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; o CEDECA – Centro de Direitos Humanos de Sapopemba; o Valdenio Paulino está aqui hoje; o Movimento Indígena em ação; Luciana Gracioli; Núcleo da Criança e do Adolescente da PUC de São Paulo; Instituto Daniel Camboni; Fórum de Entidades Sociais de Sapopemba; Grupo de Tortura Nunca Mais; Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo e representado hoje pelo defensor Carlos Weiss. Queria agradecer a presença de todos vocês nessa Oitava da Comissão, dizendo que nós estamos tentando ouvi-lo há um bom tempo, especialmente os deputados relacionados de fato na defesa dos direitos humanos, o que muito nos preocupa.

Eu, particularmente, Dr. Julio, sou um defensor da Polícia Militar, Civil, são necessidades e funcionários públicos que lutam ou que deveriam lutar pela defesa dos direitos humanos, pela nossa segurança e que, como em tudo, inclusive em minha família, tem aqueles que são péssimos, que deveriam não estar no convívio, eu sinto e muito, Coronel Camilo, que o senhor como comandante não tenha feito e vejo pela sua leitura aqui, o senhor, a Polícia pode fazer o que for, o bandido de farda depõem contra os cidadãos que estão ali, eles são excelentes policiais que infelizmente tem na sua corporação verdadeiros bandidos, como em tudo.

Como em partidos políticos que tem gente boa e ruim, na Igreja tem gente boa e ruim, e nós todos o que a ouvidoria tem como função é discutir justamente os excessos, ela não está em momento algum querendo discutir se é assim ou assado. Quem entende da Polícia é a Polícia.

Agora, o ouvidor público e o Dr. Julio tem dado um verdadeiro exemplo na defesa dos direitos humanos, aonde a polícia e olha que ela tem cometido muitos excessos, fui eu quem denunciou a invasão por dois policiais despreparados, mas vou confessar e dizer, falei para o comandante e subcomandante geral, que fui lá depor a respeito do assunto e falei: “vou dizer uma coisa para o senhor, a culpa não é deles subcomandante, é do comando” porque eles estavam em um lugar e de forma equivocada. Estavam com uma metralhadora, como se introduz... Olha só, se tomássemos a metralhadora do menino, eu não sei... E a mira não estava lixada, o senhor imagina o que poderia ter acontecido?

O cara entra armado no meio de 800 trabalhadores discutindo o golpe na democracia que estava se dando e depois a Polícia Militar vem argumentar que foi lá para saber o que seria... Olha, o senhor quer saber? Bate na porta, se for bem-vindo, será e saberá o que está acontecendo; “vai ter um evento assim, vocês vão sair em passeata?

” “Não iremos”. E ele veio me dizer, depois o comandante me ligou da região para dizer que ele queria isso e falei que não, ele errou, foi mal orientado e vou dizer uma coisa ao Sr. Coronel Camilo, não vejo problema no corpo da Polícia Militar, mas sim no comando, vejo que a polícia militarizada, o policial obedece ao comando, ele é treinado para obedecer ao comando e aí quando ele vem errado o policial age de forma errada. O Presidente da Comissão da CPI pediu para a Polícia Militar tirar as pessoas que estavam aqui, os estudantes, ele deu um comando errado, acho que ele errou no seu comando e o policial tirou do jeito dele, está errado, você pode tirar...

**O SR. - ...** Me permite um aparte.

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT –** Vou me permitir o direito, Coronel Camilo...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP –** Fica à vontade.

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT – ...** Se não lhe permitiu um aparte, sabe por que? Porque até agora só o senhor que falou, não deixou o Dr. Julio falar, mas de qualquer forma, o que quero dizer...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP – ...** Qual é a pergunta?

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT –** O que quero dizer, eu particularmente Coronel Camilo, tenho muito respeito pela Polícia Militar e Polícia Civil sou amigo de policiais militares e civis, sou do PT, as vezes a polícia acha que o petista não gosta deles, mas nós não gostamos de policial truculento. Para mim o policial é um servidor público que deveria servir a comunidade.

**O SR. -** E deve ser respeitado.

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT –** É um policial como qualquer outro, é um ser humano, um servidor comum, o policial é pago, nós, o estado pagamos para que o policial preste serviço e acha... Essa lei, na época da ditadura o abuso de autoridade e o policial se veste de algo que não tem, como nós deputados não temos, nós somos servidores públicos, recebemos e temos que prestar... Mas, agora, as vezes a polícia vem

cometendo excessos e quero parabenizar o trabalho da ouvidoria, questiono muito, delegado Olim, o trabalho da corregedoria, porque tem denúncias, por exemplo, ele levou uma denúncia da chacina de Osasco e o que aconteceu?

Nós podemos ter um grupo de extermínio e a corregedoria, não, sabe? Qual é o tempo que ela vai nos trazer, vai deixar péssimos policiais matarem muita gente para depois descobrir, então quero dizer ao senhor, Dr. Julio, do respeito que tenho pela ouvidoria da Polícia Militar, por todos os órgãos de direitos humanos, do bom policial, sou uma pessoa que admira um bom policial porque ele me mantém a segurança.

Admiro a tua carreira, delegado Olim, e na Polícia Civil nós temos muita gente boa, temos péssimos policiais. Na minha família temos muita gente boa e péssimas também, que fazem parte dela. Queria também terminar as minhas considerações, perguntando uma coisa só, o senhor foi indicado, não era nem o nome mais votado e quem é que deferiu pelo seu nome? Quem foi que falou que não ia ser o primeiro e sim o segundo? Quem é que fez essa coisa?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Por duas vezes, o governador Geraldo Alckmin.

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT** – Então acho que qualquer reclamação deve ser feita com o governador, acho que ele tem errado muito...

**O SR.** - ... Errou de novo.

**O SR. LUIZ FERNANDO – PT** – Na escolha de vários comandos.

**O SR.** - Mas não errou nessa.

**O SR.** - Espera, Sr. Presidente, quero agradecer.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – O senhor pode ficar à vontade.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Queria, bom, respondi que foi o governador, mas queria falar para os nobres deputados, comandante, Coronel Telhada,

nós aqui, justamente estamos pedindo, oficiamos uma corregedoria esses tempos solicitando informar que o número de policiais punidos segundo o respectivo ano e as ocorrências desde 2011, especificamente pelo envolvimento em homicídios praticados em serviço ou fora dele, porque não sabemos. Bem como em razões de excessos cometidos em repressões contra manifestações e ocupações ocorridas no estado durante os referidos anos. Eles não respondem, a corregedoria não responde, mas eu gostaria de falar mais uma coisa...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Faz o seu final, porque os outros querem perguntar.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É o seguinte, quero falar que eu, o ouvidor, participo de uma luta que é de uma cultura de teorias, teoria de morte importada, da instrução de tiro das forças armadas, para uma cultura de preservação da vida, a começar pelo lado da própria polícia, do policial, para o agressor, a lei. De uma cultura aonde era resolvido com invasão, tiros, bombas com risco de morte de pessoas inocentes, do policial, para uma cultura de negociação, preservando a vida de inocentes, do policial e a prisão do agressor.

Uma cultura de para de disparar contra pessoas em atitudes suspeitas, que é o quem ocorrido, para uma cultura de verbalização, onde sacou tem que atirar, para uma cultura de disparo como a última alternativa para preservar a vida de pessoas inocentes, incluindo a do policial. De uma cultura de disparo a esmo, provocando balas perdidas e vítimas inocentes, para uma de segurança, sem provocar balas perdidas em vítimas inocentes. De uma cultura de precipitação, valentia perigosa e amadorismo, para uma de paciência, inteligência, sabedoria e profissionalismo. De uma cultura de constante desrespeito aos direitos humanos, para uma de total respeito.

De uma cultura do uso da violência para uma cultura do uso da força necessária. De uma cultura aonde o policial detestava a instrução de tiros para uma cultura aonde é matéria mais querida. De uma cultura da truculência dos instrutores de tiros contra os seus alunos gerando imbecis, que por suas vezes viravam uma polícia imbecil, para uma cultura de respeito à dignidade de seus alunos, gerando pessoas respeitadas, que por sua vez gerarão uma polícia respeitosa. Infelizmente essas culturas ultrapassadas são comuns em quase todas as polícias, principalmente no Brasil.

Nenhum outro método sobre o uso da força e da arma de fogo para a polícia mereceu tamanha consideração até hoje, jamais. O disparo deve ser a última alternativa, deve ser uma medida extrema, tem que ter como finalidade preservar a vida de inocentes, incluindo a do próprio policial.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Nós conhecemos, é o método geral.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Exatamente.

**O SR.** - É o empregado na polícia de São Paulo.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Só que não tem usado.

**O SR.** - Nós aplicamos isso.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – São 570 mortos apenas este ano.

**O SR.** - O senhor não conhece.

**O SR.** - Quantos policiais militares morreram apenas esse ano, senhor Ouvidor?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não era para morrer nenhum.

**O SR.** - E tem morrido muito (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – É por isso que nós estamos brigando.

**O SR.** - Mais de 600 policiais militares mortos. Em lugar nenhum do mundo acontece isso.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR.** - Ele está em uso.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não está sendo usado no estado de São Paulo.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR.** - Ouvidor, vamos lá...

**O SR.** -... O senhor não conhece...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ... Deputada Beth, por gentileza.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Sr. Presidente, deputados desta Comissão, quero cumprimentar o Dr. Julio pelo excelente trabalho que o senhor vem realizando frente à ouvidoria, ela é uma ferramenta importantíssima na defesa da população paulista e na defesa das polícias, como o senhor acabou de dizer, ela tem uma tarefa de inclusive aprimoramento das relações da polícia com a comunidade e isso é importante, ninguém é perfeito, muito menos a polícia. Aquilo que tem defeitos e de errado é necessário ser apontado e corrigido, aqui não se trata de amar ou odiar, mas sim de se ter uma conduta isenta, parcial e justa.

O senhor vem tendo essa conduta, quero dizer que o senhor faz e desenvolve isso com muita competência, com compromisso do senhor com a vida e por isso quero aplaudi-lo aqui. Quero dizer mais, hoje, nós vivemos um dia de luto com a morte do Dom Paulo Evaristo Arns, que é mais digno representante que esse estado teve, quiçá o nosso país na defesa dos direitos humanos.

Inicialmente, contra a ditadura, posteriormente a favor da defesa dos direitos humanos e, principalmente, dos mais pobres. Ele pautou a sua trajetória de vida religiosa em cima desse tripé que foi fundamental em muitos momentos de obscurantismo que vivemos em nosso país. Quero saudá-lo muito fortemente, Sr. Dr. Julio, quero dizer mais, peguei um aparte do debate, porque estava na Comissão de

Constituição e Justiça e posteriormente na Comissão de Direitos Humanos, da qual sou vice-presidente, deputado Telhada também faz parte dessa Comissão.

Quero falar um pouco do CONDEP, que é um órgão no nosso entendimento extremamente importante no trabalho que realiza. Houve um problema no CONDEP nos últimos dias, algo sério, de um membro que foi acusado de uma conduta criminosa, mas o que tenho percebido, é de que está havendo uma tentativa de ser criminalizar a instituição. Nós temos que entender que o CONDEP presta um excelente serviço sobretudo nessa área na defesa dos direitos humanos, em todos os aspectos, da exploração sexual da criança e do adolescente, da violência contra a mulher, contra os negros, a comunidade LGBT, violência policial e de vários outros tipos. Portanto, aqui, nós queremos deixar claro que estamos atentos a isso, a questão do COMDEP.

É a mesma coisa nessa Casa, se algum deputado foi declarado corrupto é por que Assembleia Legislativa inteira é corrupta? Não pode ser isso e vale para o CONDEP. Esse rapaz, o Sr. Luiz Carlos, foi também votado, escolhido por muita gente, inclusive aqui nessa Assembleia Legislativa que tem um representante lá que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que faz parte também do conselho do CONDEP. Precisamos entender isso e quero dizer para o senhor, que o comentasse um pouco a respeito sobre isso, como está sendo conduzida essa questão.

Nós vamos reafirmar o nosso compromisso com o COMDEP, com a defesa da pessoa humana e quero deixar muito claro, o deputado Luiz Fernando foi muito feliz em dizer e quero fazer coro as suas palavras, na questão da Polícia Militar, ontem, nós inclusive falamos sobre isso na CPI. Nós, aqui na Casa temos uma convivência muito boa com eles, os encontramos toda a hora nos corredores, conversamos, brincamos, falamos, mas também não deixamos de apontar no momento em que abusam, como ontem.

O culpado disso ontem foi o Presidente da CPI que deu ordem para que se retirassem os estudantes deste Plenarinho, inclusive um menor, e que nós estamos preparando uma representação no Ministério da Infância na promotoria da Infância e da Juventude. Então, a nossa relação não parcial, não é de tripudiar em cima da corporação, mas também não é corporativa.

É uma relação que tem que encontrar o equilíbrio entre o exercício da função das tarefas dos policiais militares, sejam eles quais forem e seja aonde estiverem nesse estado, com a população e isso deve ser feito com base de uma forma absolutamente imparcial. De uma forma em que o tratamento da polícia deve ser igual para todos. Não

é um tratamento para os mais ricos, de um jeito e para os mais pobres de outro, como nós viemos observando em várias manifestações conflituosas, inclusive tive a oportunidade pedir isso ao secretário de segurança pública, para que a Polícia Militar adotasse o mesmo tratamento que ela dá para um tipo de manifestação e para outro, porque esse é o mínimo que nós esperamos, como disse o deputado Luiz Fernando.

É o mínimo que nós esperamos de servidores públicos, que são pagos com dinheiro público, tanto eles, quanto qualquer outro servidor, como nós, deputados desta Casa. Queria que o senhor fizesse algumas considerações a respeito dessas minhas observações. Mais uma vez quero enaltecer o seu trabalho e cumprimenta-lo, para que o senhor continue desenvolvendo essas tarefas com tanta coragem como o senhor faz frente à ouvidoria. Muito obrigada.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Agradeço, deputada, pelas suas palavras, nos honra muito. Quero deixar claro que na realidade nós tivemos 8.217 denúncias que nós fizemos procedimentos. Tivemos umas 15, mais umas 12 mil que viram orientação e não prosperam como denúncia, mas temos que ver que as vezes são denúncias que até podem acabar com policiais, as vezes é coisa de colega querendo sacanear o outro. Então tem essa apuração e depuração dentro da ouvidoria. Nós somos em poucos para fazer tudo isso, então teve 8.217 denúncias e procedimentos sendo que 570 foram de homicídios de letalidade, só para o senhor ficar...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** –... Dê procedimento a pergunta da deputada.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Em relação ao CONDEP, foi muito triste o que houve, todo mundo ficou muito chocado com isso, nunca fui conselheiro do CODEP, mas fiz questão de estar lá na penúltima reunião para deixar claro o sentimento de todo mundo que trabalha com direitos humanos. Três dias antes de acontecer isso estive na sede da OAB, tinham três ou quatro ministros lá, tinha o Zé Gregório, Zé Carlos Dias, Bierrenbach, tinha mais uns dois ministros, um acontecimento tão lindo e depois de dois ou três dias vem à tona essa situação, desse rapaz do vice-presidente do CONDEP. Nós todos sentimos demais, quando ficamos e tivemos consciência disso, foi a primeira que fui participar, viu deputado, não fiquei no muro. Fui lá participar e pedi que esse cidadão fosse excluído imediatamente e mais do

que isso, pedimos que fosse feito dentro do CONDEP, respondendo a deputada, duas comissões para que analisassem o porquê que isso veio a acontecer, sendo que lá foi uma casa das pessoas mais dignas que conhecemos no país, no estado de São Paulo. Essa Comissão está participando em cada uma delas um membro da OAB. Que estão lá, para o Coronel Camilo ficar sabendo, que a OAB participa e tem dois conselheiros lá. Eles vão participar das comissões, nós até entendemos quando pediram até a CPI, nós entendemos porque tem fundamento isso, como que um vice-presidente do CONDEP está em uma situação dessa? Então nós, para pegar a própria carne temos que ver porque aconteceu isso e excluir e não deixar que isso aconteça mais.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** –Dr. Julio, só uma pergunta, o senhor sabia que ele não é advogado?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Lá não precisa ser advogado.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** –Então ele não é.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Então ele está levando a fama de advogado, denegrindo a imagem dos advogados, ele não é nada. Pode continuar. Só para o senhor saber.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Mas lá nós tivemos uma pessoa de Cotia que conhecia a fundo ele e nós retratou, foi uma surpresa muito desagradável, tudo que aconteceu e infelizmente é a realidade, como em todo lugar, lá também tinha um. Como na polícia teve o Capelão, lá também teve um cidadão.

**O SR.** - Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pois não.

**O SR.** - Já está respondida para o senhor?

**O SR.** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** –Vai rápido que vou para o Rillo.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Queria aproveitar o gancho das palavras da deputada Beth e dizer o seguinte, a preocupação do pessoal do PT com relação ao CONDEP até procede, porque tem pensamentos iguais, etcetera, respeito os pensamentos, e acho que ela está certa quando diz que não podemos crucificar o CONDEP pela atitude do vice-presidente. Faço a mesma analogia para a Polícia Militar, que tão veementemente é criticada.

Esse cidadão que é bandido, estava recebendo dinheiro do PCC, essa pessoa que estava cedendo listas de policiais para serem mortos, olha a gravidade disso, ele era vice-presidente do Conselho de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania. Mas acho que nós também não podemos arrebentar o pessoal por causa desse cidadão, vamos analisar, ver os atos, tomar providências. Me estranha muito ele ter chegado ao cargo de vice-presidente ouvidor, com tal conduta.

Ele é um criminoso, isso não chegou agora, já vem de longo tempo. Qualquer bandido é assim. Agora quando é com relação a Polícia Militar que está todo os dias na rua enfrentando o crime, tomando tiro, sendo desautorizada, enfrentando manifestações, problemas desde uma briga entre marido e mulher, até tiros com fúsil. Todos os dias, nós vimos ontem, policiais sendo baleados em Itatiba, tiros de fúsil, aonde morreu um vigilante da PROTEGE, todos os dias. E nós vemos a Polícia Militar e Polícia Civil serem escoraçadas como sendo um defeito da segurança pública, como eu disse ao senhor, são mais de mil ocorrências por dia.

Lógico que cometemos erros, ninguém negou isso, e todo mundo aqui foi contumaz em dizer da necessidade da ouvidoria. Queria fazer minhas as palavras da deputada Beth Sáhão, dizendo o seguinte, do problema da generalização, isso é o que todos fazem aqui. Todo mundo que está defendendo o CONDEP com unhas e dentes, que é inadmissível, que a gente tome providências, são os mesmos que criticam a Polícia Militar. São os mesmos fazendo todos os dias o que não querem que façam com eles agora. Mas não faremos isso, seguiremos a lei, estamos abrindo uma CPI, vamos aprofundar isso, mas não vamos o que os senhores fazem, criticando. É uma pena que o Luiz Fernando não esteja aqui, infelizmente, vou fazer em sua ausência. Criticando o

comando da polícia, então isso me dá o direito de criticar o comando do CONDEP, que me colocar um subcomandante, um vice-presidente, não sei qual é a função, bandido do PCC.

**O SR.** - Coronel Camilo, me dá um aparte.

**O SR.** - Telhada, desculpa...

**O SR.** - Só para fechar.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Fecha e o senhor já fala e então vai direto para o Rillo.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Queria que os senhores analisassem o que estou falando, das generalidades.

**O SR.** - Só queria, para ilustrar o que o senhor falou sobre o CONDEP, para lembra-lo que a lei do CONDEP não é do PT, é do Mário Covas.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Não falei isso.

**O SR.** - O senhor falou a relação do PT com o CONDEP. Queria lembrar que é uma lei do governador Mário Covas...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Mas não estou falando sobre leis.

**O SR.** - Queria ilustrar uma outra coisa.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – O senhor não entendeu o que eu falei. Eu disse que o pessoal do PT é ferrenho em defender o CONDEP porque comunga dos mesmos ideais.

**O SR.** - Só quero concluir aqui para V. Exa. sobre o PCC, o rapaz que estava lá do vice-presidente, agora foi descoberto que é isso, certo? Mas as vezes podemos correr

o risco como o governador, tenho foto dele abraçado com um cara do PCC que hoje está sendo procurado.

**O SR.** - Graças a Deus está preso.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR.** - Não está ainda. Então, de repente, todos podemos errar.

**O SR.** - Para o senhor ver (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deputado Rillo, o senhor tem a palavra. (Ininteligível), Marcelo Saraiva.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Julio e agradecer a sua presença e destacar a coragem, a firmeza que ele lidera a ouvidoria e também parabenizá-lo pela atuação aqui, acho que foi muito importante a forma firme e corajosa como o senhor encarou as contradições, as interrogações aqui dentro. Penso que o país vive um processo de desinstitucionalização da democracia.

É óbvio que todas as instituições que tem algum vício de autoritarismo, de hierarquização, incompatibilidade com a democracia, ela ganha força nesse momento, eu sou daqueles, que para deixar claro, que não são contra a Polícia Militar, instituição posta hoje que representa os trabalhadores, mas sou contra a militarização de qualquer polícia porque acho que a forma hierárquica como ela é estruturada é incompatível com a vida democrática, é simples.

É uma polícia pensada e formulada em um regime de exceção autoritário, é óbvio que ela vai ter conflitos permanentes em um processo de democracia. É isso que acontece e de fato é muito ruim quando se pessoaliza, ou generaliza, é importante sempre termos... As vezes resvala nesse erro, mas é importante ter uma disciplina para que isso não aconteça e sou daqueles que acham que se deve discutir esse sistema.

Não é possível continuar blindando o sistema e não discuti-lo profundamente, um sistema com tantas imperfeições, não é possível que todos aqueles que cometem crimes bárbaros com farda, eles ingressaram na polícia com esse propósito, não acredito nisso. O que formou minha consciência política de cidadania, principalmente foi a consciência

de classe, então me dói ver irmãos atirando em irmãos. Sei quem coloca a farda, que está lá no baixo escalão da polícia, ele não está nas mansões de Higienópolis ou do Morumbi, da Bela Vista, ele está na periferia, tem que sair com a farda cedo, escondida em uma mochila e para entrar em casa ele esconde a farda.

Estamos falando disso, estamos comentando sobre um conflito terrível de irmãos matando irmãos. Se a Polícia Militar de São Paulo é a que mais mata, também é uma das que mais morre no mundo. Isso é muito triste, então discutir esse sistema é necessário, porque a verdade Dr. Julio é que quem está na ponta sofrendo com salário de miséria, sem perspectiva de carreira e sujeito à corrupção, desvirtuamento não são os oficiais, são os policiais da base, esses que estão ali, são eles que pagam por isso. Eles que são vítimas muitas vezes da própria incompreensão e, mais, de um processo de desvirtuamento é isso que acontece.

Hoje, Dr. Julio, o senhor não pode estar presente, porque talvez estivesse se preparando aqui, mas fizemos um grande debate na Assembleia Legislativa, de alto nível, em que o foco era exatamente o não confronto com a polícia, para poder discutir a própria polícia, talvez seja um caminho. Estavam presentes ali: defensoria pública, ministério público, procurador de justiça, movimentos sociais.

Em uma próxima etapa vamos convidar, espero que o senhor esteja, também o comando da Polícia Militar. Porque é necessário romper as bravatas e a luta retórica ou de fato a gente discute isso para arrefecer ou não vamos para lugar nenhum. Então é muito importante a presença de uma pessoa como o senhor, de uma firmeza admirável. Muitos parlamentares as vezes não tem coragem de ter quando vem esse enfrentamento com a polícia que é muito difícil.

Tenho experiência sobre isso, sou taxado como inimigo da polícia. É óbvio que isso é de uma leviandade, um oportunismo sem fim, porque quando se discute o fortalecimento da carreira, a valorização do policial de base, eles podem contar com poucos deputados e esse que vos fala é um deles. Infelizmente não contam com todos, então quero parabenizar, o senhor deu um show, se a tua convocação tinha a expectativa de intimidá-lo, talvez tenha frustrado, se é que existia essa expectativa, quem tinha se frustrou, porque a sua coragem, o seu preparo hoje, aqui, foi muito importante.

O senhor cumpriu um papel de cidadania importante, não apenas de se defender porque o senhor não precisa. A própria postura de quem não deve é essa, que enfrenta com coragem e altivez. Agora, o senhor cumpriu um outro papel muito importante, foi

uma tentativa de desestruturar o conselho e mudar a forma de escolher o ouvidor. O que eu sei disso...

**O SR.** - ... Me permite um aparte.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Permito, mas me deixe concluir. O que eu sei disso é que é um pacto feito entre duas pessoas que já morreram, Mário Covas e Dom Paulo Evaristo Arns que faleceu hoje. É emblemático, simbólico, inclusive é uma coincidência triste, mas muito emblemática, nós estamos discutindo hoje aqui cujo o plano de fundo é desestruturar o sistema, que foi construído principalmente por essa figura que nos deixou hoje. Então penso isso e quando se fala: “você generalizam, querem proteger o conselho, mas fazem o mesmo com a polícia”.

Se por conta de uma exceção, o caso do vice-presidente, vamos e convenhamos, o caso do vice-presidente uma exceção no Conselho de Direito Humanos, não é uma regra. Como também quero acreditar que os abusos sejam exceções da polícia, embora elas aconteçam de maneira recorrente, mas espero que assim sejam e tenho certeza de que são, porque não é possível que tenham mais de 100 mil policiais no mesmo ímpeto voraz de violência, claro que isso não existe.

Agora se por conta de uma exceção nós já nos atrevemos a discutir a reestruturação do conselho, porque não discutir a reestruturação da Polícia Militar. Quero concluir o meu pensamento com uma pergunta para o senhor. Qual é a sua impressão em tempos de hoje, qual seria o caminho para que diminuíssemos esses conflitos e de fato, todos nós aqui deputados, porque se são policiais neste momento são deputados, se eu sou militante de direitos humanos, neste momento sou deputado, qual é a função institucional? Qual é o caminho a institucionalidade que poderíamos adotar para que a (ininteligível) criassem ambientes mais saudáveis e civilizados?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Posso responder? Políticas públicas nessa periferia que não tem, para que essa juventude saia dessa situação de abandono e tenham um objetivo, tenham um destino, um norte, isso seria fundamental para que tudo isso viesse a melhorar essa situação. E mais do que isso, uma polícia realmente cidadã, que eu conheci no interior de São Paulo, aonde eu conhecia, na época da força pública, o policial raso, o sargento da força pública, eram todos amigos, nós jogávamos bola dentro da cadeia pública, fizemos a quadra na minha cidade. Isso não

existe em São Paulo, o policial aqui tem vergonha de falar aonde mora, tem medo de sair com a farda. A intimidação é tão grande que ele não consegue morar na cidade, mostrar que é policial. Aqui em São Paulo, em cidade grande existe isso, o policial olha o periférico, principalmente o negro e o pobre como um suposto inimigo. Infelizmente é isso que acontece.

O menino, o jovem negro olha com medo da polícia. Essa é uma realidade, porque a gente recebe essas denúncias, eu tenho que falar o que eu sinto na ouvidoria, nós recebemos dezenas de denúncias e eu estou aqui para vocês saberem o que um ouvidor sente. É essa a realidade dessas grandes cidades, principalmente no estado de São Paulo.

**O SR.** - Muito bem.

**O SR.** - Vou pedir um aparte.

**O SR.** - Rapidamente, vou fazer algumas observações porque nós fomos citados e a polícia também. Primeiro para a nossa deputada Beth, na realidade, você insinuou sobre a forma da defesa que as polícias de São Paulo, ela não é corporativa. Ou seja, nós defendemos o policial que entrou aqui. Outra coisa, falar que a Polícia Militar não dá o mesmo tratamento, que é polícia de rico.

Queria dizer para a senhora que a Polícia Militar é o maior plano de saúde da periferia de São Paulo. Ela é a única, em Heliópolis, Paraisópolis, as três da manhã chamarem uma parte oriente, ligar para 192, mas sim para o 190. E o que é mais importante, nós treinamos os policiais no curso de formação de soldados.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Me permite um aparte. Eu não falei nesse sentido, mas sim, principalmente nas áreas de conflitos e manifestações e isso foi nítido nas manifestações que nós tivemos ao longo dos dois ou três últimos anos.

**O SR.** - Continua, vamos deixar para o...

**O SR.** - Precisamos falar, não tem jeito.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Então rapidamente, que daí vai para o...

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Assim, a Polícia Militar em muitos lugares onde o pobre, o negro ele não assistido, o único poder de estado que chega é a polícia. Liga o 190 e a polícia vai, liga 192 e não vai. Mas a polícia vai e socorre. Só para terminar, nós ensinamos o policial militar a fazer parto, no meu comando chegou a ter uma média de 37 partos por mês, feito em viatura porque os outros órgãos não chegam.

Então não tem tratamento diferente, o águia desce no Jardins e no São Miguel, em Sapopemba, em qualquer lugar. Não tem tratamento diferente, Rillo, ele comentou que ela foi formada na ditadura. A Polícia Militar ela foi criada, a força pública que o ouvidor citou, é a Polícia Militar, ela não foi feita na ditadura, é lá de trás. Então culpar o regime...

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Eu não me referi a força pública, mas sim a Polícia Militar.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – É a mesma coisa. Falar que os métodos utilizados são para prejudicar, o que o Dr. Julio, o ouvidor falou de tratamento que ele leu texto imenso, é o método de tiro utilizado pela polícia da São Paulo. O método Geraldi, reconhecido pela ONU, usado pelos países de confronto. Outra coisa, falou que a desmilitarização não é o foco. Não vou entrar muito em detalhes, agora falar que o jovem entra na polícia com esse instituto. O jovem que entra na polícia, Rillo, é o teu vizinho...

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** -... Camilo, me permita.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** –... Me deixa terminar.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Eu disse exatamente o contrário.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Você falou que ele entra aqui...

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Eu disse o contrário, disse que não é possível que o jovem entre com ímpeto, acho que ele não entra. Ele pode ser transformado por conta de um sistema.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Ao contrário, nós pegamos o jovem que entra aqui, que quer o bandido morto e quando ele sai de lá, ele sai um jovem que vai prender o infrator da lei. As exceções nós mesmos excluimos. Temos um trabalho muito grande, esse que o Datafolha falou de 57 que quer o bandido morto, nós temos um trabalho muito intenso dentro da escola de soldados, um curso de direitos humanos, com muito trabalho de filosofia e sociologia em cima dele, para ele sair de lá um respeitador da lei. Mas é esse jovem que veio da sociedade.

**O SR.** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, (ininteligível).

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Espera um pouco, me deixa terminar. Outra coisa. Falar que isso é promovido pelo comando da PM, pelos oficiais, Rillo, já te falei isso lá em outros debates que tivemos. Vamos conhecer a Polícia Militar, vamos vê-la. O que se ensina na polícia é defender o cidadão de bem, respeitar, salvar as pessoas, proteger. Quando isso não acontece, eu faço inclusive além do meu trabalho de comando geral, faço uma carta para a mãe.

Ou seja, a Polícia Militar é maior defensora dos direitos humanos. E sabe quem mais se beneficia? Aquele que enfrenta o crime contra a vida, que está nas periferias. Essa redução de homicídios que teve provocado pela prevenção, porque o que diminui o índice é o crime que não aconteceu. Esse é o trabalho da polícia preventiva, quem mais foi beneficiado com isso é o cara da periferia, é o jovem, porque é lá que acontecem as mortes. Só para terminar, o ouvidor disse que o policial tem vergonha. Ele não tem vergonha, ele tem medo de sair com a farda da polícia de casa.

Ele não tem vergonha não, policial militar tem orgulho. Ele só não pode sair fardado porque, infelizmente ele não tem um lugar decente para morar. Não ganha o suficiente, vai morar no fim. Por último, não existe olhar diferenciado da polícia para negros e pobres, 80% dos que entram na Polícia Militar vem da população carente. Nós temos policiais militares negros em todas as esferas.

Não existe como o Rillo falou, perspectiva de carreira. A única carreira em que qualquer idade pode entrar na academia e ser oficial é na Polícia Militar. Ainda tem o centro de habilitação que ele sobe, chega a sargento e passa para oficial. Existe progressão na carreira. Pode ser difícil, pode, mas falar desse jeito é desconhecer a Polícia Militar de São Paulo, defensora do cidadão. É só isso que eu gostaria de falar, estou disposto em um segundo momento, agora o que nós discutimos aqui, só para finalizar.

Não é a polícia, nem a desmilitarização, não é a ouvidoria, Beth e Rillo, pelas falas dá a impressão que nós somos contra o CONDEP e a ouvidoria. Não sou contra, mas sim a forma precipitada que o Dr. Julio Neves tem ido para a imprensa e sou contra.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Que nunca errei.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Só um minuto, foi precipitado.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Nunca errei.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Coronel, termine.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Não vou discutir com o senhor, nós já discutimos bastante. A outra coisa, não sou Beth... O CONDEP ele tem que existir, agora só na Secretaria tem mais seis conselhos, por que eles também não podem indicar pessoas? Por que só o CONDEP pode indicar? Não estou tirando a função do CONDEP de indicar, estou aumentando a abrangência para que outras entidades, como o Sou da Paz, como a Comissão de Direitos Humanos da prefeitura do estado, da polícia, possam indicar para o secretário nomes. Por que só o CONDEP? Por que só esse monopólio de indicação para ser ouvidor? Para montar a lista do CONDEP. Se olhar o projeto direto, está aberto, todo mundo pode indicar.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Coronel, termine por gentileza. Porque o Alencar ainda tem que falar.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Complementando as palavras, quando o deputado Rillo fala da divisão de classes e oficiais e praças da Polícia Militar que estariam influenciando. É o contrário, sou policial militar há 38 anos e sempre trabalhei na rua. O policial militar é respeitado em todos os seus postos e hierarquias. Morre oficial, como morre coronel, como também morre soldado. Essa falácia de ficar colocando tropa contra oficial e vice-versa, é um absurdo. O senhor falou também que é malvisto pela Polícia Militar e isso é culpa do senhor, devido aos seus atos. O senhor sabe disso. Então não é a Polícia Militar...

**O SR.** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Aliás, estou falando. Estou com a palavra.

**O SR.** - Estou pedindo a palavra depois que o senhor terminar.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Eu estou com a palavra. A Polícia Militar, ela não faz pré-julgamentos ou pré-conceitos de ninguém. Os senhores é que fazem, o maior preconceito, o negro, pobre da periferia, é o maior preconceito que existe. Na polícia nós temos milhares de negros, morrendo pela população. Esses não são pretos e pobres da periferia? Não são considerados por ninguém. Olha lá, policiais negros e fardados ali. A primeira que eu vez que eu fui baleado, ouvidor, quando eu era primeiro tenente da ROTA em 1990, quem me socorreu foi um negro, pobre da periferia que era meu motorista, que depois morreu trocando tiros com um ladrão. Arnaldo Francisco dos Santos, um dos maiores policiais que eu tive. Então essa falácia de que a polícia age contra pretos e pobres da periferia, sabe? É revoltante.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Me permite um aparte.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Espera, agora é o Rillo e vai falar o Alencar.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Estou pedindo um aparte para ele.

**O SR.** - Deu para o Rillo primeiro.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pois não, Beth.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Quero dizer uma coisa para vocês dois, tanto para o Camilo, quanto para o Telhada, em primeiro lugar ninguém está generalizando, que é corporativo não tenho dúvidas. Toda categoria é corporativa e você não vai me dizer que a Polícia Militar não é.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Mas não é CONDEP.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Claro que é. Não venha me dizer.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Está bom, deputada.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Não venha me dizer que não é. Vocês dois. E outra coisa, nós não generalizamos em nenhum momento, nem eu e nem o deputado Rillo, nem o Luiz Fernando.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Como não?

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Inclusive disse aqui e fiz referência aos policiais que ficam aqui na Assembleia Legislativa, da nossa relação. Como estou generalizando? E todas as vezes que me referi, nesta Assembleia, desde que quando estou deputada, sempre tive o cuidado de dizer segmentos e setores da Polícia Militar. Agora os números não mentem.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Que números?

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Os números são conclusivos.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Vamos com rapidez.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Que números?

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Os números se referem ao assassinato de jovens pretos e pobres da periferia.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Isso é falácia.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Não é. Sabe que não é.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Os números não mentem sobre a quantidade de policiais militares mortos.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Nós não queremos isso.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Nós também não.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Nós queremos uma polícia que possa que pacifique, que lute pela paz. É isso que eu quero.

**O SR.** - Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Telhada, você vai terminar? Tem mais alguma coisa?

**O SR.** - Pronto.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Nós também não, Beth. Você acha que nós gostamos de morrer? Quantas marcas de bala você tem no corpo? Eu tenho.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Não sou policial.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – Você acha que é bom fazer isso? Tomar tiro? Você acha que é bom morrer? Sair de manhã, deixando filho pequeno no berço, ganhando uma porcária de salário, não sabendo se vai voltar no final do dia? Então você

é acusado de ser assassino. Você acha que é bom ser assim? Ouvir esses absurdos que vocês falam? Essa quantidade de abobrinha.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Não é verdade.

**O SR. CORONEL CAMILO – PSD** – De homens que estão arriscando a vida diariamente.

**A SRA. BETH SAHÃO – PT** - Só para fazer uma reparação. A bancada do PT todas as vezes que pode, defendeu, fez os reajustes da Polícia Militar, quando vocês nem estavam lá.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Rillo, tem a palavra, faz o favor. Rapidamente. Coronel Telhada, só um minuto, vamos terminar que o ouvidor tem que ouvir isso. Vamos lá. Ele entrou, você fala e ele dá a resposta e acabou.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Nunca fui intransigente em relação ao regimento no que se diz respeito a liberdade dos deputados falarem, mas sinceramente, dada a provocação, eu vou fazer uma correção aqui. Tem uma regra para dialogar com o ouvidor, não é possível que toda vez que a gente falar, os deputados se comportarem como policiais fazendo a defesa da corporação que não é a pauta nesse assunto.

**O SR.** – Eu sou policial.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Estou falando com muita delicadeza, de maneira muito racional.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Já entendi.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Na minha fala não se tem nenhum deputado para não permitir aparte, no entanto, não questionei o direito de eles falarem. Agora preciso minimamente responder algumas provocações que não corretas. Primeiro, ninguém falou sobre preconceito de classe no ingresso da polícia. Nós falamos de preconceito de classe em alguma que não sou eu quem está falando, a ONU

já reconhece em relação ao Brasil, a Polícia Militar como bem disse o Julio, não é apenas a de São Paulo, qualquer estado, ela trabalha com um inimigo em comum, o que é um erro. Tem uma coisa que pode achar absurdo ou não, mas são números, é simples. Vê onde morre mais jovem, se é no Morumbi ou se é em São Mateus em Sapopemba.

**O SR.** - É só ver aonde tem mais assalto.

**O SR. RILLO** - É simples. Eles são mais presos em festas raves da burguesia ou em manifestações ou em funks das categorias das classes mais pobres. É simples. Eu gostaria agora que a regra fosse respeitada. Entendeu Olim, peço para restabelecer a regra. A gente falou aqui, ele tem que ouvir.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Termina.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Não pode ser contrariado e se comportar dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pode responder.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Eu gostaria de concluir em relação a isso, porque fui muito mal interpretado. Em relação ao fato de eu ter falado, ou mais uma provocação. Estou sendo perseguido, primeiro que não sou perseguido.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Silêncio, por gentileza.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Tem uma tentativa de me colocar contra a polícia que cai sempre por terra quando a gente aprofunda o debate, porque quando se diz respeito a valorização do profissional policial, do trabalhador, tenho um histórico de defesa.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Você já falou isso.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO – PT** - Então, Olim, o que acontece é isso, agora não tenho dúvida de qual é o meu lado nessa Casa. Do povo? Ou da repressão? Eu

sempre vou ficar do lado do povo que tem a originalidade para fazer a defesa. Agora vamos respeitar as falas, saber ouvir, mesmo que sejamos contrariados é importante saber ouvir.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Alencar, por gentileza, tem a pergunta. Vamos acelerar, para acabar, porque já estamos aqui há duas horas e acho que já respondeu o que tinha que responder.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT** - Bom, quero cumprimentar novamente os deputados, Dr. Julio, vim aqui na Comissão porque esperava que iríamos fazer o debate, de que forma poderia essa Assembleia Legislativa fortalecer o trabalho da ouvidoria. Mas parece que estamos em uma forte arguição contra o senhor. Gostaria que esse mesmo entusiasmo na arguição de hoje houvesse nos trabalhos da CPI da Merenda, que terminou ontem. Mas não foi esse mesmo entusiasmo que propendeu pela maioria dos deputados presentes e membros da CPI.

Acho que a fala é importante, não está dito que o ouvidor tem que ser mudo, acho que tem que opinar. Imagine se Dom Paulo não opinasse em determinados momento da nossa história, o quanto pior não seria. Imagine o senhor opinando se a PM de uma certa maneira continua agindo alguns atos com violência, imagine se não opinasse, não falasse. Como o senhor disse, além de ouvir, tem que manifestar a opinião daquele que está indo levar, se manifestar, levando a sua reclamação, sua violência sofrida ou não.

Ninguém está condenando a PM, a conduta pessoal do policial, digo isso com toda a tranquilidade aos dois coronéis e deputados. Sou filho de PM, não tenho problema nenhum. Hoje, nós ouvimos de um jovem, um estudante, que ontem levou porrada, na Assembleia Legislativa, foi marcado um dia triste, no encerramento também teve porrada na CPI, esse estudante disse: ‘não sou contra o policial, conheço, tenho amigos, mas a polícia toda hora bate na gente, não entendo’. Então olha só, um estudante no processo de formação, com a simplicidade, não sou contra policial, tenho um pai de família, meu vizinho, tem esse pai de família, o filho dele está na escola pública e também sofre. Esse pai de família as vezes está no boteco da periferia tomando cerveja, mas ele representa o estado quando está com a farda.

Da mesma maneira que nós representamos. Ele talvez seja o mais visível. Mais do que a Polícia Civil, delegado Olim, porque a PM é ostensiva, ela representa a mão poderosa do estado e por tanto poder que possui, ela deve ter um cuidado ainda maior.

Se a gente não propagar quando há excessos, seria bom se não houvesse. Mas quando há excessos, serve as nossas vozes para alertar, chamar a atenção, para que eles saibam que representam o estado. Para que ele também tome cuidado. Ontem um jovem que foi agredido relatou com dois policiais, uma policial feminina, dentro do elevador, falou que levou três tapas lá dentro. Qual a razão para isso? É fácil verificar pelas imagens. Antes de entrar no elevador o rosto dela estava normal.

Quando sai, estava inchado. Tenho certeza de que não haviam marimbondos lá dentro, ou será que tinha um cacho de marimbondos lá dentro? É isso que nós condenamos. Porque não é possível, Coronel, a sociedade de paz não será dessa forma que nós vamos construir. Porque isso gera impressão, gera sentimentos. Nós não podemos permitir isso e é um processo de formação. Tem a ver com a formação, que acho que foi o que os colegas quiseram dizer. É um processo de formação, nós não podemos deixar que o estado tenha essa cultura de achar que a sua polícia deva ter uma formação mais rigorosa. Vão existir momentos, talvez, de enfrentamento, vão existir, é de fato na hora da emergência para lá que a gente liga? Com certeza é.

Porque é aquele número que nós conhecemos. Se tivesse uma outra polícia, talvez mais humana, com certeza também seria lá que as pessoas ligariam, mas estão ligando para lá, porque é lá que elas conhecem. É bom quando o policial vai fazer esse ato, as pessoas as gostam, mas que também nos dói quando passamos em algumas ruas de bairro periféricos da grande São Paulo e sempre vemos uma batida policial, se vemos o perfil das pessoas que são paradas na batida, sempre o mesmo. E é constrangedor. Quem já levou batida policial sabe o quanto é constrangedor.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Eu já levei um monte.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT** - Eu fui menino criado na periferia de Guarulhos... É constrangedor você levar batida policial, mas a maioria que leva, infelizmente, Coronel, é o jovem pobre e negro. Não temos esse tipo de informação e o debate tem que ser franco, fraterno e o mais transparente possível. Se queremos ver avanços na Polícia Militar, em relação as condenações que os senhores dizem que a Polícia Militar sofre, vamos ter que fazer um debate mais plural. Agora que eu vou chegar na ouvidoria.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – A pergunta, por gentileza.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT** - A pergunta é, primeiro que o senhor fale um pouco mais quais são as maiores dificuldades como ouvidor que o senhor enfrenta para exercer o seu trabalho. Segundo, de que forma o senhor acha que essa Assembleia Legislativa e as Comissões poderiam ajudar a ouvidoria.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Olha, primeiro queria falar rapidamente sobre o preto e pobre da periferia, nós abrimos espaço na ouvidoria para fazer uma pesquisa que foi feita pela Universidade Federal de São Carlos, a professora Jacqueline Sinhoretto, e lá ficou claro que é o negro e pobre da periferia que é o mais atingido pela letalidade policial. Então a pesquisa é de uma Universidade Federal. É uma coisa que está clara para todos.

Outra coisa, com relação a criação da ouvidoria, o Belizário, que era o secretário da justiça foi levar para o governador Mário Covas o que ele pretendia porque a criação foi interessante porque muitos governadores não toparam. Anteriormente o Friolino topou, o Montora não fez, Maluf então nem se fala. Então como a criação da ouvidoria, Coronel? O Dom Paulo lutou muito por isso, todos lutaram. Quando chegou no Mário Covas, esse pessoal... O segundo turno foi o Chico Rossi e o Covas, e o que aconteceu? O Chico Rossi saiu e falou que não queria nada com isso “o meu negócio é outro”.

E o Mário Covas disse que não apenas iria criar a ouvidoria como também seria um ato emblemático, a primeira assinatura, o primeiro projeto que quero assinar no meu governo. Isso quem fez na época foi o CONDEP e o Belizario participava e levou tudo isso para o Mário Covas, o governador perguntou como estava e ele disse que tudo estava certo. Só que existe um problema, ele disse ao governador. O CONDEP havia indicado um cidadão que não sei se o senhor vai gostar, é um sociólogo.

O governador disse: “quem é?”. Ele respondeu: “é do PT”, era o Benedito Mariano. Sabe o que o Covas falou? Ele disse “melhor ainda, porque vou saber realmente o que acontece dentro da ouvidoria, quero uma pessoa que fale a realidade”. E é por isso que estou aqui, imitando o Benedito Mariano, que era um cara ousado.

**O SR.** – Ele não se precipitava assim como o senhor.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Mas sabe por que?

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deixar o Dr. Julio responder.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Me deixa terminar. Eu sou advogado de tribunal do júri, sei o que o advogado ia falar para justificar o crime bárbaro.

**O SR.** – Pela ordem.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Isso eu não vou deixar. Porque sei que se ficar justificando, será só daqui 12 anos. Vai acontecendo coisas em cima de coisas. Então vou falar sim, estou aqui representando esse cidadão que não tinha voz e não tinha consciência jurídica principalmente. É essa a realidade.

**O SR.** – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, Coronel Telhada, (ininteligível) senhor terminar.

**O SR.** – Parece que o senhor... O senhor disse que tem o Benedito Mariano como exemplo, e o governador Alckmin (ininteligível) escolher como disse o Geraldinho, tendo o exemplo do Covas pelo menos nessa parte escolher alguém fala...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem, Telhada, por gentileza. Ele só vai terminar.

**O SR.** – O senhor não terminou? Me perdoe.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deixa ele terminar.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Desculpe, o que a gente precisa? Precisamos... A participação que está ocorrendo. O senhor pensa que eu não gostei disso? Eu vinha com o maior prazer aqui. Aliás, quando o senhor fez uma crítica

pela primeira vez ao deputado Coronel Camilo, eu vim no teu gabinete e o senhor não queria eu viesse, porque a secretária...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Quem disse que eu não queria que viesse?

**O SR.** – Não sei, porque falei que ia...

**O SR.** - O senhor não conhece a gente (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não fala bobagem. Sempre quis que o senhor viesse.

**O SR.** – Cheguei com um documento e não me deixaram entrar.

**O SR.** – Pela ordem.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – E o Coronel Telhada, quando estivemos na outra Comissão, ele me indagou e falei que a ouvidoria estava aberta para o senhor ir até lá a hora que quisesse. O senhor perguntou se ia te receber lá e falei que ia com a maior honra. Nunca deixei de receber uma pessoa lá, desde o cidadão mais humilde... Coronel.

**O SR.** – Tenho certeza.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Vou receber e recebo mesmo, porque quero que o senhor ouça a realidade, tête-à-tête.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Dr. Julio, como a Assembleia Legislativa poderia ajudar o senhor, como perguntou o Alencar? O que o senhor acha que poderíamos somar?

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não deixar prosperar esse projeto absurdo dele, do Coronel Telhada.

**O SR.** - Pela ordem.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR.** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Pela ordem.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Duas coisas, em primeiro lugar, obrigado pelos aplausos. Eu falei e todo mundo começou a bater palma...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Interessa é terminar, vai Telhada.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Queria falar com o deputado Alencar, que tenho grande consideração e parabeniza-lo pelas palavras. Ele falou...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ...Só um momento Beth, deixa ele terminar.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** -...Da abordagem...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ...Seja educada, não comigo, mas com o Dr. Julio.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - ...Do constrangimento da abordagem. Sei que é uma situação difícil a abordagem, nós sabemos disso, só que digo a todo o cidadão aqui presente, é melhor ser abordado pela polícia do que ser enquadrado pelo ladrão. Polícia não tem bola de cristal, entendam isso de uma vez por todas, quem me dera se saíssemos na rua e soubéssemos quem é ladrão ou não, que eu soubesse, fosse lá e agisse. Infelizmente, não é assim.

A abordagem policial é necessária. Então repito, é melhor ser abordado pelo policial, mesmo que as vezes o senhor se sinta constrangido, do que ser enquadrado pelo ladrão, porque ele não será educado e você não vai ficar apenas com raiva, vai ter os seus objetos roubados e dê graças a Deus se não morrer ainda. Segundo, o senhor citou Benedito Mariano, conheço muito bem, era um grande crítico, com todos os gritos da crítica. Só que vou dizer mais uma vez ao senhor, Dr. Julio, aqui ninguém é contra a ouvidoria e o senhor, mas é necessário que o senhor mude a sua postura da crítica e conhecimento da causa.

Me deixa completar, só por gentileza. Esse é o único problema. O senhor critica hoje, o que o senhor fala no jornal, já fica como uma verdade e lá na frente se prova que não é aquilo, entenda. Me deixa só complementar, entenda isso, esse é o único problema. Nós, como pessoas públicas, não podemos tecer comentários de coisas que não participamos ou que não temos provas na mão. O senhor é advogado e sabe disso, então esse show, esse exibicionismo faz mal para todos nós. Faz mal para a ouvidoria, para a polícia. Entenda isso de uma vez por todas.

**O SR.** - Coloca a população contra a polícia.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Não temos nada e, aliás, somos aliados da ouvidoria.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Só para complementar, o intendo dessa reunião aqui, hoje, Dr. Julio, foi justamente para dizer isso ao senhor, da postura da precipitação. Por favor, quero lhe fazer um pedido aqui, pessoalmente, analise daqui para a frente isso com uma certa cautela. Pare, não vamos ficar discutindo agora. Não vai levar a nada essa discussão. Mas analise com uma certa cautela a precipitação que causa. Quando vou falar alguma coisa eu analiso, já fui muito precipitado também e paguei caro para isso. O senhor é um homem aparentemente, eu tenho 55 anos, mas o senhor parece ser mais velho do que eu, então sabe que a vida não é da forma como queremos. Temos que ter provas e estamos falando de profissionais que se dedicam diuturnamente, se sacrificam pela população. Nós temos homens que passam dois ou três anos presos injustamente. Nada é provado contra eles Dr. Julio, o senhor mesmo

acabou de falar aqui, dos homens que vendem carro e a casa para pagar advogado, por estarem trabalhando para o estado. E isso, ninguém sabe. A vida dessas pessoas é destruída e é por isso que digo que a polícia hoje está de mãos amarradas. O crime cresce dia a dia. A violência policial não existe, mas sim a violência do crime. A polícia muitas vezes toma atitudes que não são adequadas, nós...

**O SR.** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Para terminar (ininteligível) rapidamente.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Sr. ouvidor, por favor, que fique claro inclusive para a Beth e para o Alencar, não somos (ininteligível)...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – ...Essa Beth...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Não somos contra a ouvidoria em nenhum momento. Não somos contra o CONDEP, mas sim contra a forma, o senhor foi chamado e estava no ofício exatamente isso. É a forma precipitada, o senhor não recebeu nenhuma reclamação ou denúncia, o senhor viu a notícia pelo jornal e no dia seguinte estava lá. Pode ir, mas primeiro se inteire de tudo antes de falar. Quando o senhor fala como ouvidor, volto ao meu início das questões, como servidor público e como ouvidor de polícia, o senhor já precipitadamente fala, como disse sobre o caso do Ítalo, tudo bem, só para terminar...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** –... O senhor acha que errei? Claro que não. No caso do Ítalo, quem errou...

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** –... Porque quem errou, foi quem está analisando o inquérito...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - ...Espera um pouco, me deixa terminar...

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Vocês esquecem de um detalhe

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Que fique claro, não somos contra a ouvidoria, nem contra o CONDEP, sou contra a sua forma precipitada de se manifestar na imprensa, em coisas que nem denúncia, nada chegou, o senhor viu a notícia e foi lá. Ótimo, mas entenda primeiro, pode até escrever uma carta como eu escrevi, três dias depois, após tomar providências. O senhor nem pediu para apurar e já veio criticar.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Não sou comandante, sou ouvidor.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - O senhor tem por dever aqui, pedir cobrança para que se apure. Esperar a apuração para ver o que aconteceu. Isso o senhor não está fazendo, isso é precipitação. O senhor Mariano não fazia isso, o senhor Funari que está aqui não fazia isso, então assim, só para terminar...

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** –... Eles não eram criminalistas, eu sou advogado de júri.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** -... Eles eram ouvidores na acepção da palavra, o senhor Benedito Mariano e o Dr. Funari, aliás, um dos homens que mais enfrentou a tortura que eu conheço. Não quero mais me estender...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Isso.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** -... Não sou contra a ouvidoria, nem contra o CONDEP. Sou contra a forma como o senhor está exercendo o seu trabalho

como pessoa pública, colocando a população contra a polícia na sua fala, porque o senhor tem responsabilidade. Veja se o ombudsman da “Folha de S. Paulo” faz isso precipitadamente, não faz. Segundo, não sou contra o CONDEP, sou contra o monopólio antidemocrático dele fazer a lista tríplice, está certo? E do mesmo jeito, o senhor vai lutar contra e eu vou votar a favor. Um abraço, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Espera, não acabou ainda.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – No caso do Ítalo... Não corre não.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Não vai embora, não acabou ainda.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Não vou correr, estou aqui desde de manhã.

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Faça as considerações finais, deputado.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – No caso do Ítalo, primeiro, o Júlio, o menino, nós escutamos...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Quatro versões.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Só que a primeira e a segunda foi a polícia sozinha ali com ele...

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Quatro versões.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Na terceira versão que tinha um psicólogo ele falou que o Ítalo não estava com a arma. Para nós ele disse que o menino não estava com a arma, mas não é isso

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Espera, o que o Ítalo...

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Deixa ele responder, Telhada, por favor, para terminar, senão não vamos sair daqui hoje.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – O que sou contra, que fica muito claro isso, que infelizmente é uma cultura na polícia, a polícia bandida.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Não é.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Estou falando setores da polícia.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Podem ter policiais, mas a polícia, a instituição não é.

**O SR. JULIO CESAR FERNANDES NEVES** – Estou falando de setores.

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - Então corrige a sua fala.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. CORONEL TELHADA - PSBD** - O senhor tem prova do que está falando? Está falando besteira.

**TODOS** - (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** – Dr. Julio e Coronel Telhada, por gentileza, até agora aqui todos foram democráticos, todo mundo falou e perguntou o que quis, o PT. Essa Comissão é responsável, quero agradecer a sua

presença, quero que o senhor saiba apenas o seguinte, a polícia, essa que nós vamos ter, é a polícia que nós temos que trabalhar.

Ela é responsável e a mais mal paga desse país, tem os melhores homens do país, o senhor pode ter certeza que o dia que precisar, o senhor pode falar o que quiser da polícia, mas ela é a primeira que vai chegar. Agradeço a sua presença e a todos, sem discussão, foi tão bom até agora, não vamos começar a bater boca de graça.

Ninguém é bandido. Os bandidos são outros e quem toma tiro somos nós. Quero que o senhor continue no seu trabalho, parabéns, pense um pouco no que o Coronel falou, é só não se precipitar. O senhor é formador de opinião de forma muito forte. Obrigado, não lhe conhecia, pela sua presença, obrigado a todos.

\* \* \*